

PROJETO
FLORESTA+
AMAZÔNIA

RELATÓRIO FINAL

Oficinas realizadas no âmbito do “Plano de Participação e Engajamento – PPE do Projeto Floresta+ Amazônia”



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Projeto Floresta+ Amazônia – Relatório final de sistematização dos resultados das oficinas realizadas no âmbito do “Plano de Participação e Engajamento – PPE – Etapa II”

Direitos reservados © 2021

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Casa das Nações Unidas no Brasil

Setor de Embaixadas Norte, Quadra 802 Conjunto C, Lote 17

70800-400 – Brasília – DF - Brasil

O Relatório final das oficinas realizadas no âmbito do “Plano de Participação e Engajamento – PPE – Etapa II”, foi desenvolvido com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, no âmbito do Projeto Floresta+ Amazônia.

Os resultados, as interpretações, as recomendações, e as conclusões expressas neste relatório não refletem a opinião do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e do Ministério do Meio Ambiente. O Ministério do Meio Ambiente e outros órgãos governamentais se eximem da responsabilidade de implementar quaisquer dos resultados, interpretações, recomendações, estimativas ou conclusões neste relatório.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Ministério do Meio Ambiente ou o(os) autor(es) não podem ser responsabilizados por qualquer reivindicação, perda ou prejuízo direto ou indireto resultante de uso ou confiança depositada sobre as informações contidas neste relatório, ou direta ou indiretamente resultante dos erros, imprecisões ou omissões de informações.

Coordenação técnica e revisão: Rachel Santos, Mariana Machado e Camila Pianca, Projeto Floresta+ Amazônia - PNUD Brasil

Elaboração dos textos, análises, quadros, revisão e diagramação: Clara L. M. Miranda, Ângelo Moreira, Verônica Belmonte.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Katyna Argueta
Representante Residente

Carlos Arboleda
Representante Residente Adjunto

Maristela Baioni
Representante Residente Assistente para Programa

Luana Lopes
Coordenadora da Unidade de Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável

Susan Edda Seehusen
Coordenadora do Projeto Floresta+ Amazônia

Ministério do Meio Ambiente

Joaquim Leite
Ministro do Meio Ambiente

Marta Lisli Ribeiro Morais Giannichi
Secretária da Amazônia e Serviços Ambientais

Clarisse Cruz
Diretora Substituta do Departamento de Florestas da Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais - SAS

LISTA DE SIGLAS

AC	Acre
AIT	Associação Indígena TATO'A
ANA	Agência Nacional de Águas
APIM	Associação dos Povos Indígenas do Mapuera
APP	Área de Preservação Permanente
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CBH- RSMVG-RO	Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios São Miguel - Vale do Guaporé
CEPCTMT	Comitê Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Mato Grosso
CIMC	Comitê Indígena de Mudanças Climáticas
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CRM	<i>Customer Relationship Management</i>
CT-MC	Câmara Técnica de Mudanças Climáticas
DAEP	Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAS	Fundação Amazonas Sustentável

FEMARH-RR	Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Roraima
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
Funbio	Fundo Brasileiro para a biodiversidade
FVA	Fundação Vitória Amazônica
GAP	Plano de ação de gênero
GIZ	<i>Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit</i>
GTE/GCF	Comitê Regional para Parceria com Povos Indígenas e Outras Populações Tradicionais
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICV	Instituto Centro de Vida
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
IMC	Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Estado do Acre
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ISA	Instituto Socioambiental
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
MA	Maranhão
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
ME	Ministério da Economia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOP	Manual Operativo do Projeto
MRA	Módulo de Regularização Ambiental
MRV	Mensuração, Relato e Verificação

MT	Mato Grosso
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OEMA	Órgãos Estaduais de Meio Ambiente
ONG	Organizações Não-Governamentais
OSC	Organizações da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA	Pará
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PGTA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PI	Povos Indígenas
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPE	Plano de Participação e Engajamento
PR	Partes Responsáveis
PREME	Programa de Regionalização da Merenda Escolar
PREVFOGO	Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite
PSA	Pagamentos por Serviços Ambientais
RAMI	Rede Amazônia de Inovação e Empreendedorismo

REDD	Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal
REM	<i>REDD+ for Early Movers</i> (Redd+ para Pioneiros)
SAF	Sistemas Agroflorestais
SECTI-AM	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SICAR	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural
TA	Termo de adesão
TI	Terra Indígena
TNC	<i>The Nature Conservancy</i>
TO	Tocantins
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UMIAB	União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. OFICINAS DE REFINAMENTO DO MOP	13
2.1 Oficina 1 Modalidades Conservação e Recuperação	15
2.2 Oficina 2 Modalidade Inovação	27
2.3 Oficina 3 Modalidade Comunidades: Povos Indígenas	36
2.4 Oficina 4 Modalidade Comunidades: Povos e Comunidades Tradicionais	46
2.5 Oficina 5 Modalidade Comunidades: Partes Responsáveis	54
2.6 Oficina 6 Mulheres	61
2.7 Oficina 7 Pagamentos por Serviços Ambientais	73
3. INTERRELAÇÕES ENTRE AS OFICINAS	92
3.1 Comunicação	92
3.2 Gênero	94
3.3 Engajamento	95
3.4 Monitoramento	96
3.5 Treinamento	97
ANEXOS	98
Anexo 1: Listas de convidados e participantes da oficina 1	98
Anexo 2: Listas de convidados e participantes da oficina 2	102
Anexo 3: Listas de convidados e participantes da oficina 3	106
Anexo 4: Listas de convidados e participantes da oficina 4	110
Anexo 5: Listas de convidados e participantes da oficina 5	115
Anexo 6: Listas de convidados e participantes da oficina 6	118
Anexo 7: Listas de convidados e participantes da oficina 7	124

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Floresta + Amazônia, financiado pelo Fundo Verde para o Clima (GCF, em inglês), é uma parceria do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O Brasil recebeu recursos por resultados alcançados pela redução do desmatamento na Amazônia. Esses recursos são, fundamentalmente, direcionados para fomentar experiências de pagamentos por serviços ambientais que, por sua vez, poderão contribuir para conservação e restauração da vegetação nativa, bem como fortalecer a implementação da Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+)¹ no Brasil por meio de melhorias na sua estrutura e sistema de governança.

Está previsto na Proposta de Financiamento aprovada pelo GCF que o detalhamento operacional do Projeto Floresta+ Amazônia, incluindo os critérios adicionais e as áreas prioritárias a serem beneficiadas, deve ser realizado na primeira etapa de implementação do projeto. Deste modo, foi desenvolvido este Plano para guiar o processo de participação e diálogo com as partes interessadas, incluindo órgãos federais, governos estaduais, representantes de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, sociedade civil organizada e demais partes interessadas para consolidação do Manual Operativo do Projeto (MOP).

O MOP é o instrumento orientador e regulador do Projeto Floresta+ Amazônia, estabelecendo os procedimentos técnicos e operacionais para a implementação adequada do projeto. Além do detalhamento do MOP, esse processo de participação buscou atender às salvaguardas de REDD+, as do GCF e as do PNUD, com relação aos requisitos de envolvimento, engajamento das partes interessadas e transparência, com respeito aos direitos e conhecimentos tradicionais de povos indígenas e povos e

¹ Incentivo desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) para recompensar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados de Redução de Emissões de gases de efeito estufa provenientes do Desmatamento e da Degradação florestal, considerando o papel da conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal (+).

comunidades tradicionais, e buscando também promover a igualdade de gênero.

O processo de diálogo e divulgação para engajamento das partes interessadas foi coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, que articulou as diferentes frentes de trabalho e equipes envolvidas nesse plano, com apoio do PNUD no planejamento, metodologia, organização e facilitação das reuniões online, registro e documentação, além da produção de conteúdo para divulgação das atividades do projeto em mídias digitais e no site da instituição executora (PNUD).

Desde novembro de 2020, o Plano de Participação e Engajamento (PPE) vem sendo implementado, com o objetivo de levantar contribuições para o refinamento do MOP.

A segunda etapa do PPE aconteceu entre julho e setembro de 2021, por meio da realização de oficinas colaborativas envolvendo representantes regionais e locais de grupos de beneficiários (PIPCT e agricultores familiares), governos, instituições de ensino e pesquisa, organizações sociais e da sociedade civil, setor privado, representantes de redes e fóruns e atores da cooperação técnica internacional.

Os objetivos alcançados nessa etapa foram:

- Apresentar, esclarecer dúvidas e ampliar o nível de conhecimento sobre as atividades previstas no projeto, além de arranjos e parcerias locais necessárias para as organizações representativas dos beneficiários;
- Ampliar a participação e engajamento dos potenciais beneficiários e de suas OSC/ONG representativas no projeto;
- Identificar demandas, necessidades de apoio, formas e oportunidades de empoderamento local para submissão de propostas nos editais de chamada pública;
- Obter elementos para priorizar áreas e regiões relevantes considerando o enfoque de cada modalidade;
- Qualificar as linhas de ação do projeto, bem como questões desafiadoras voltadas ao pagamento de serviços ambientais;
- Identificar estratégias e protocolos já estabelecidos para orientar a Consulta Livre, Prévia e Informada na etapa de construção conjunta do projeto local; e

- Obter subsídios para consolidação do manual operativo do projeto e seu respectivo plano de monitoramento e avaliação.

Em decorrência da pandemia, foi necessário realizar as oficinas por meio de videoconferência. Nessa etapa foram definidos os principais canais de comunicação externa, bem como o fluxo de ações para, inicialmente, dar ciência do evento ao máximo de atores interessados. A estratégia adotada se baseou no conceito de multicanais, oferecendo, assim, diferentes canais de interação entre o convidado e a organização do evento. Para composição e consolidação da lista de convidados, por razões operacionais e tendo observado o prazo exíguo para a realização dos encontros, o e-mail se mostrou a forma mais ágil para tal etapa, provendo oportunidades, inclusive, para interlocuções formais e oficiais. Contatos por ligação telefônica ou por aplicativos de mensagens também foram realizados como estratégias de mobilização e apoio aos participantes para uso da plataforma digital Zoom, utilizada na condução das oficinas.

Também foi utilizado um formulário online criado na plataforma *MicroSoft Forms*, enviado junto ao convite por e-mail, com o *link* para preenchimento de informações básicas dos inscritos e confirmação automática da participação. Esse método permitiu, também, compor e organizar um banco de dados de *stakeholders* que possibilita análises do perfil do público interessado e o monitoramento das metas de participação dos grupos vulneráveis para essa etapa do projeto.

Foram realizadas sete oficinas participativas temáticas, que abordaram as 4 modalidades do projeto, assim como a temática de PSA e de gênero. Elas foram realizadas conforme o seguinte cronograma:

OFICINA	DATA DE REALIZAÇÃO
Oficina 1: Modalidades Conservação e Recuperação	12/07/2021
Oficina 2: Modalidade Inovação	30/07/2021
Oficina 3: Modalidade Comunidades, com foco nos Povos Indígenas (PI)	17/08/2021
Oficina 4: Modalidade Comunidades, com foco nos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT)	31/08/2021
Oficina 5: Modalidade Comunidades, com foco nas Partes Responsáveis (PR)	01/09/2021

Oficina 6: Tema transversal – Mulheres	02/09/2021
Oficina 7: Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)	03/09/2021

As oficinas contaram com a participação de um público total de 124 pessoas, sendo 49% homens e 51% de mulheres. As oficinas contaram com a participação de representantes de: organizações ou representantes de pequenos agricultores; associações, grupos ou representantes de povos e comunidades tradicionais; organizações da sociedade civil e organizações não governamentais (OSC/ONG), redes, fóruns e colegiados; órgãos dos governos municipais, estaduais e federais, setor privado; agências de cooperação técnica; universidades, fundações, centros e grupos de pesquisa (figura 1).

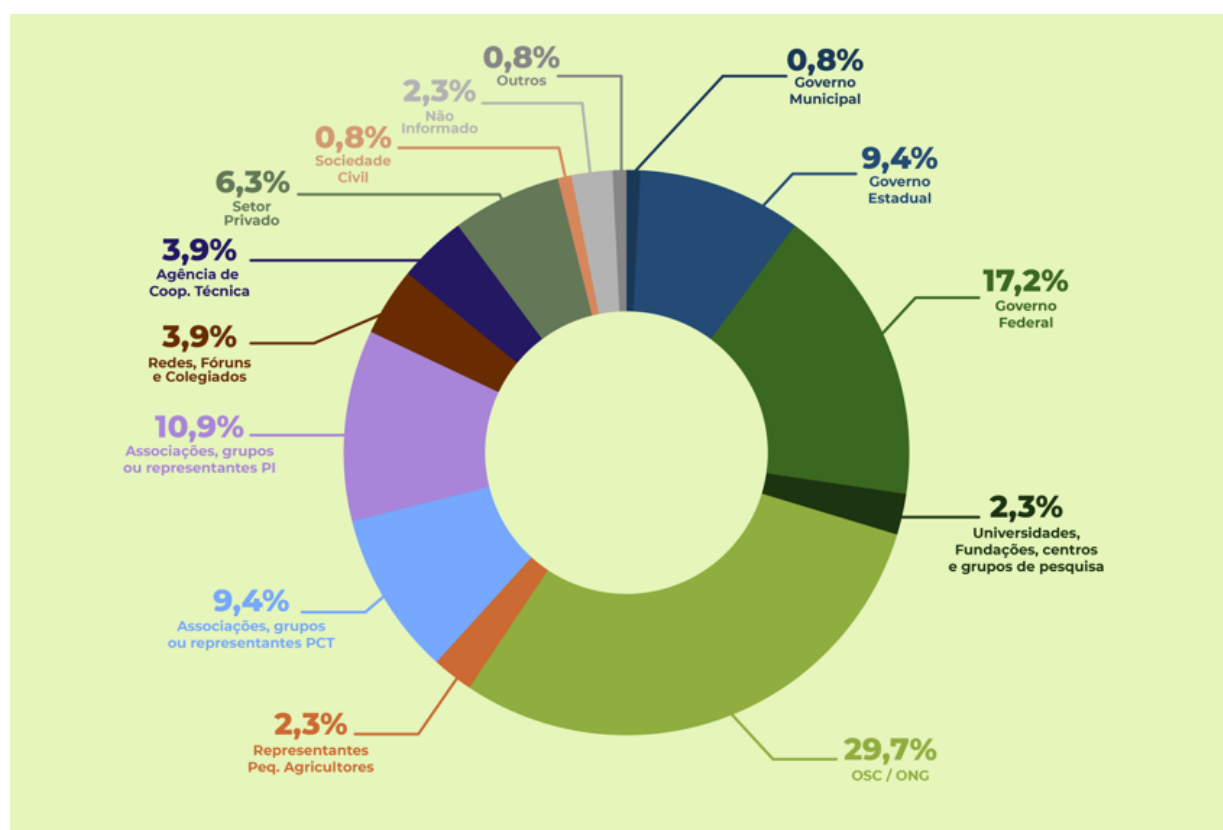


Figura 1: Gráfico indicando o percentual de participantes por público-alvo nas 7 oficinas.

Este documento tem como objetivo apresentar os principais pontos compartilhados e debatidos pelos participantes em cada oficina, fazendo uma análise, e traçando as interrelações entre as oficinas e os cinco temas transversais emergentes: comunicação, gênero, engajamento,

monitoramento e treinamento. Ao longo do texto também serão apresentados os painéis da facilitação gráfica de cada evento.

Importante destacar que a realização dessas oficinas permitiu o levantamento de informações e trocas de experiências, através de um processo participativo, que contou com um público diverso, e possibilitou a geração de relevantes subsídios. Estes subsídios foram sistematizados em uma matriz resposta, com base na qual foi aprimorado o Manual Operativo do Projeto.

Após finalização do processo, será realizado evento para apresentação dos resultados da contribuição de atores-chave para o refinamento do Projeto Floresta+ Amazônia, o qual será voltado tanto para às partes interessadas, quanto para à sociedade em geral, de modo a divulgar o Projeto Floresta+ Amazônia e a versão atualizada do MOP.

2. OFICINAS DE REFINAMENTO DO MOP

As oficinas virtuais para refinamento do MOP aconteceram entre julho e setembro de 2021, trabalhando cada uma das modalidades previstas no projeto, além de incluírem as temáticas mulheres e pagamentos por serviços ambientais.

As oficinas das modalidades Conservação, Recuperação, Comunidades e Inovação, tiveram como objetivos:

- Apresentar o projeto Floresta+ Amazônia e seu estágio de implementação;
- Apresentar o modelo de implementação previsto para cada modalidade em questão, incluindo: critérios de elegibilidade, processo de adesão, critérios de priorização e funcionamento da modalidade;
- Debater e levantar elementos para aprimoramento da lógica de implementação de cada modalidade, por meio de grupos de trabalho.

A oficina de mulheres, por outro lado, visou colher insumos para o refinamento da estratégia de ação de gênero do projeto. Assim, os objetivos do evento foram:

- Apresentar as diretrizes de gênero do Projeto Floresta+ Amazônia;

- Levantar potenciais desafios e oportunidades para promoção da igualdade de gênero para as quatro modalidades do projeto;
- Identificar e conectar lideranças nos diferentes estados da Amazônia para acompanhamento do projeto;
- Ampliar participação e engajamento de mulheres na agenda REDD+/PSA.

Por fim, a oficina sobre PSA teve como objetivos:

- Apresentar o Projeto Floresta+ Amazônia, voltado para conservação e recuperação da vegetação nativa;
- Trocar experiências sobre os resultados e lições aprendidas na construção de projetos e programas de Pagamentos por Serviços Ambientais com foco na Amazônia.

Metodologia

Os eventos foram organizados a partir de um fio lógico único, equilibrando momentos expositivos e interativos. Dessa forma, as oficinas eram iniciadas com as boas-vindas de representantes do MMA e PNUD, apresentações sobre o Projeto Floresta+ Amazônia e sobre a modalidade ou tema relevante em questão. Assim, os participantes puderam compreender o contexto, o panorama geral e o desenho do projeto antes de perceber as minúcias da modalidade, ou tema relevante.

Após esse momento expositivo, era realizada uma primeira plenária para questionamentos sobre as informações trazidas durante as apresentações iniciais. Dando sequência, os participantes eram divididos em grupos, onde faziam suas discussões a partir de perguntas orientadoras específicas para a temática da oficina, com o apoio da relatoria para colher as principais contribuições levantadas. A sistematização do trabalho era apresentada na plenária final pelos relatores de cada grupo. O encerramento das oficinas se dava com uma breve explanação sobre os próximos passos.

Os assuntos tratados em cada oficina serão abordados de forma específica ao longo das próximas páginas.

2.1 Oficina 1 | Modalidades Conservação e Recuperação



As modalidades Conservação e Recuperação possuem muitas similaridades relacionadas ao público-alvo, às etapas e à lógica de implementação e, por isso, elas foram tratadas em uma oficina comum. O evento, contudo, respeitou os temas específicos de cada modalidade, que foram aprofundados nos grupos de trabalho.

O evento contou com a participação de: organizações ou representantes de pequenos agricultores; associações, grupos ou representantes de povos e comunidades tradicionais; organizações da sociedade civil e organizações não governamentais (OSC/ONG); redes, fóruns e colegiados; órgãos dos governos estaduais e federais; e setor privado (figura 2).

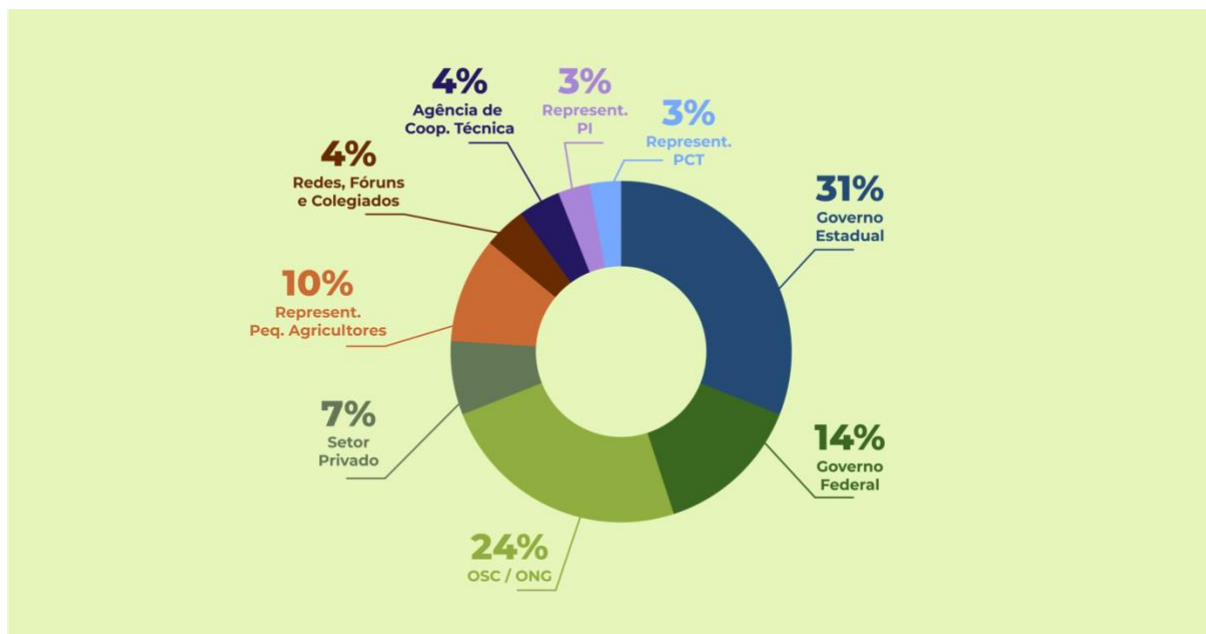


Figura 2: Gráfico indicando o percentual de participantes por público-alvo na oficina das Modalidades Conservação e Recuperação.

A tabela abaixo apresenta a programação da oficina:

9:00 – 9:15	<p>Boas vindas</p> <p>Maristela Baioni Representante Residente Assistente - PNUD</p> <p>Marta Lisli Ribeiro Morais Giannichi Secretária da Amazônia e Serviços Ambientais – MMA</p> <p>Apresentação dos objetivos da oficina e resultados esperados</p>
9:15 – 10:00	<p>O Projeto Floresta+ Amazônia</p> <p>Clarisse Cruz – Coordenadora de Projetos Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais - MMA</p> <p>Modalidades Floresta+ Conservação e Recuperação</p> <p>Susan Edda Seehusen – Coordenadora Projeto Floresta+ Amazônia - PNUD</p> <p>Discussão</p>
10:00 – 11:20	<p>Grupos de trabalho para o refinamento das Modalidades Conservação e Recuperação.</p>
11:20 – 12:30	<p>Plenária – Apresentação dos resultados e colaboração entre os grupos de trabalho</p> <p>Próximos passos e encerramento</p>

As apresentações iniciais trataram da estrutura geral do Projeto Floresta+ Amazônia e da lógica inicial de implementação das Modalidades Conservação e Recuperação. A sistematização gráfica das informações apresentadas pode ser visualizada nos painéis a seguir.



META

Prover incentivos para a **conservação de até 380.000 ha de vegetação nativa**, ao longo de quatro anos.



ORÇAMENTO

49.400.000,00 (dólares) = **R\$ 279.000.000,00** (reais).



RESULTADOS ESPERADOS

Conservação da vegetação nativa em pequenos imóveis rurais, desenvolvimento sustentável e harmonioso com a vegetação nativa na Amazônia Legal e manutenção dos serviços ambientais.



PÚBLICO-ALVO

Proprietários e possuidores de pequenos imóveis rurais, detentores de áreas de até 4 módulos fiscais que atendem aos demais critérios de elegibilidade.





META

Prover incentivos para a recuperação de até 180.000 hectares de Áreas de Preservação Permanente (APP), ao longo de quatro anos



ORÇAMENTO

12.604.984,00 (dólares) = **R\$ 71.000.000,00** (reais).



RESULTADOS ESPERADOS

Recuperação de áreas particularmente sensíveis para processos ecológicos importantes, como matas ciliares e nascentes na Amazônia Legal.



PÚBLICO-ALVO

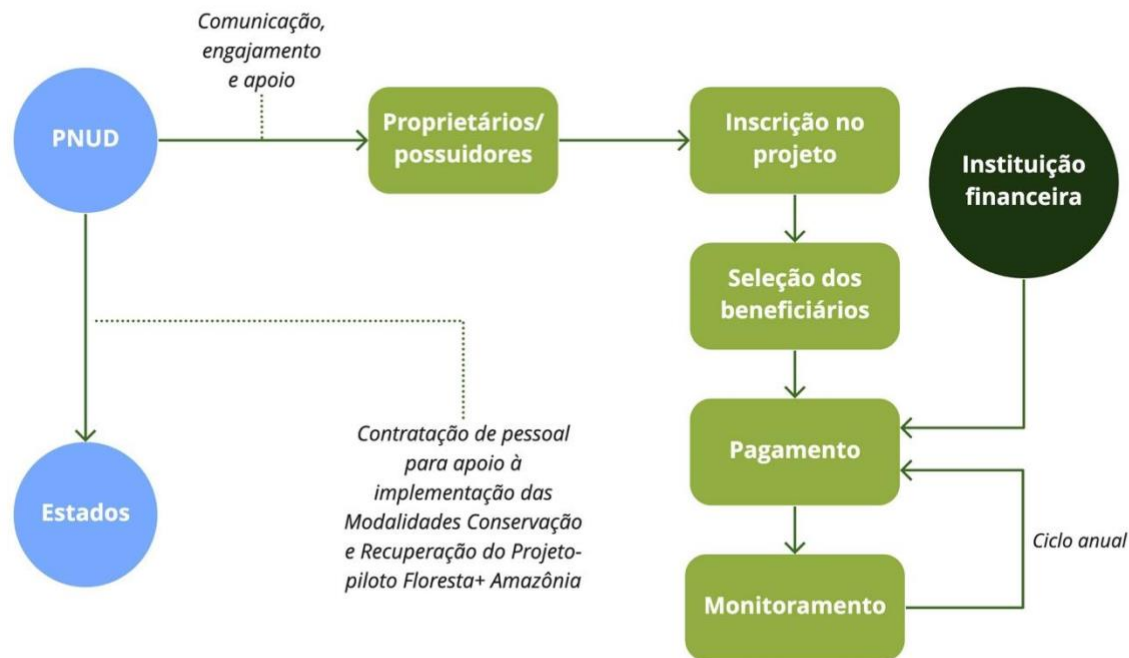
Proprietários e possuidores de pequenos imóveis rurais, detentores de áreas de até 4 módulos fiscais que atendem aos demais critérios de elegibilidade.



Oficinas de Refinamento do Manual Operativo



Lógica de implementação



\$

INCENTIVO FINANCEIRO

Características

É referente à área de cobertura vegetal nativa que **exceda os requisitos legais**

Condicional ao **cumprimento do Termo de Compromisso**

Transferência para conta pessoal do proprietário/possuidor

Itens levados em consideração para determinação do valor de referência

- Proporção** de área coberta por **vegetação nativa** com relação à **área já convertida** na propriedade
- Custo de oportunidade da terra** em áreas com uso alternativo
- Valores pagos por outros programas** de pagamento por serviços ambientais
- Determinação de **valor máximo por beneficiário**

Clique aqui para + informações

Apenas Modalidade Conservação

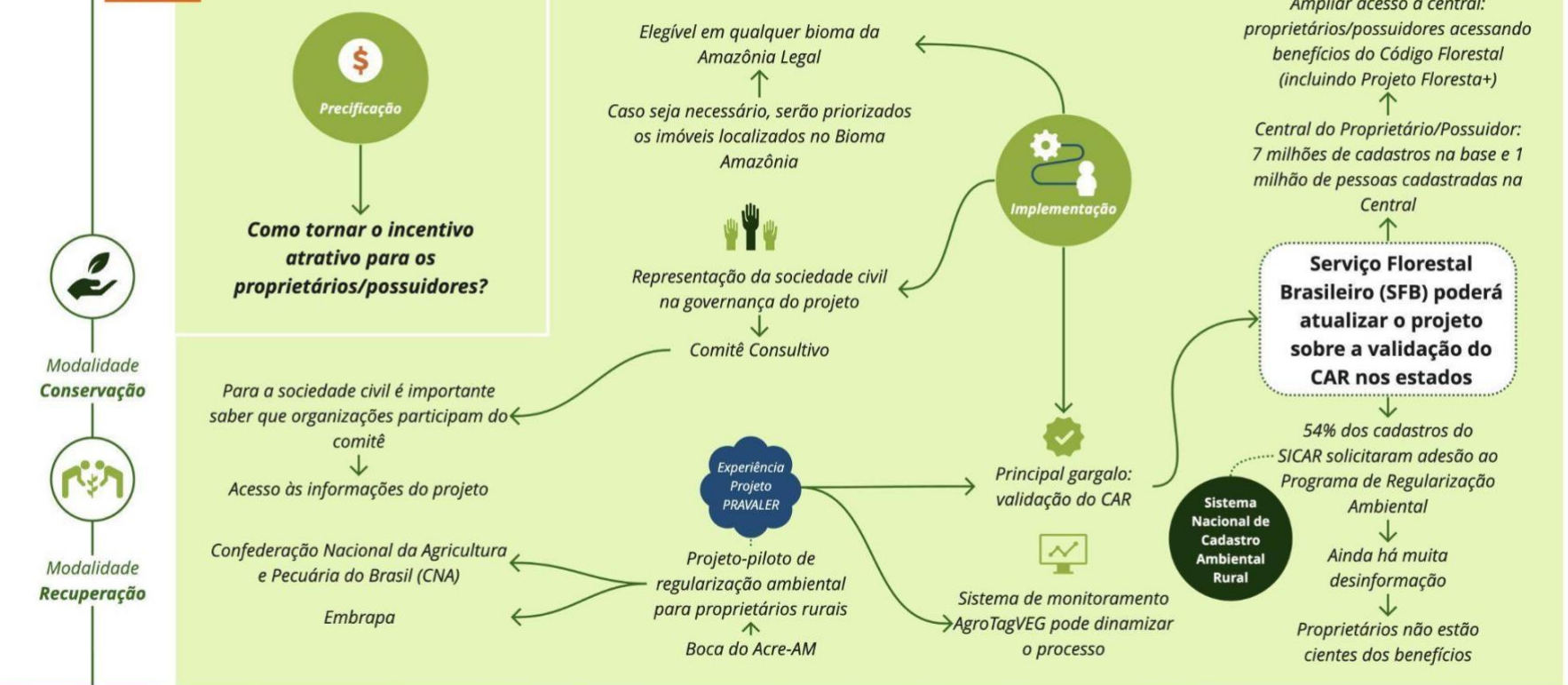
A partir das informações compartilhadas, a primeira plenária de discussão tratou basicamente de dois grandes temas: (1) precificação e pagamento do incentivo; e (2) implementação das modalidades.

No caso da precificação e do pagamento, os participantes trouxeram a preocupação com uma possível baixa atratividade do incentivo calculado no âmbito do projeto, e levantaram o debate sobre como seria possível agregar valor (mesmo que não monetário) ao incentivo.

Os questionamentos relacionados à implementação das duas modalidades, por outro lado, trouxeram temas, como: a validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) como um gargalo para o projeto, a possibilidade de priorização de biomas durante a seleção dos beneficiários, e a representação da sociedade civil na estrutura do projeto.

A imagem a seguir apresenta a sistematização gráfica contendo as principais discussões da plenária inicial:

Principais assuntos debatidos



O trabalho dos grupos foi orientado por perguntas específicas, que guiaram também a coleta de informações. A sistematização feita pelos relatores durante as oficinas será apresentada abaixo como resultado das discussões dos grupos, na tentativa de responder às perguntas orientadoras.

Quais as dificuldades da lógica de implementação das modalidades e como superá-las?

Os principais desafios observados dizem respeito à regularização ambiental e fundiária, além da assinatura do Termo de adesão (TA), já que existe uma certa preocupação por parte dos proprietários/possuidores, com relação à possibilidade do recebimento de multas e sanções por parte do governo. Além disso, o monitoramento de tantos beneficiários em uma área tão extensa exigirá uma estrutura de monitoramento muito eficiente.

Como oportunidades de superação de parte dos desafios, tem-se o Módulo de Regularização Ambiental (MRA) do SICAR (Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural), a disponibilização de recursos (humanos e infraestrutura), além de incentivo à regularização ambiental. Há experiências nos estados de Mato Grosso e Pará que mostram que a contratação de equipe dedicada para contato direto com os proprietários/possuidores pode surtir bons efeitos.

A estrutura do incentivo (valores e frequência) propostos são incentivos atraentes para adesão dos beneficiários? Quais outras propostas podem contribuir para o alcance dos objetivos do projeto?

Foi sinalizado pelos participantes que o incentivo calculado pode não ser muito atrativo para os proprietários/possuidores, o que pode representar uma barreira para o projeto. Por outro lado, a implementação do Projeto Floresta+ Amazônia pode contribuir para a consolidação de um novo mercado de PSA, possibilitando a captação de novos recursos.

Algumas das possibilidades existentes para tornar o incentivo mais atrativo incluem, por exemplo, a consulta aos potenciais beneficiários para compreender sua perspectiva sobre o tema, o fornecimento de ATER de qualidade, a vinculação com outras políticas públicas, o apoio à prevenção

de incêndios, ou até a redução do número de beneficiários para conseguir um valor mais alto de incentivo.

Quais estratégias e convocações de divulgação funcionam para sua região?

Foi apresentado como um dos principais desafios do projeto, o contato junto aos proprietários/possuidores para a assinatura do TA. A experiência dos participantes mostra que a comunicação com o público-alvo da modalidade por meio de e-mail ou website não é eficaz, principalmente para aqueles proprietários/possuidores situados no interior.

As estratégias para lidar com esse grande desafio podem incluir campanhas de comunicação e contato direto com o público-alvo por meio de balcões de atendimento e atendimento presencial nas propriedades, mas também contato indireto com os proprietários por meio de parceiros, como organizações de base e instituições representativas (sindicatos e associações).

Quais instituições estão atuando diretamente com os potenciais beneficiários da modalidade?

Sindicatos, cooperativas, associações, Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil (OSCs), projetos e programas do governo e sociedade civil (como o *REDD+ for Early Movers*² - REM em Mato Grosso e Acre), prefeituras, secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Os critérios de seleção apresentados são suficientes ou devem ser complementados? Se sim, quais outros podem contribuir para o alcance dos objetivos do projeto?

Um critério que parece ser muito desafiador é a exigência do CAR validado com o TA assinado, já que cada estado apresenta um ritmo distinto de validação dos cadastros. Por outro lado, o apoio do projeto aos estados, com

² REDD+ para Pioneiros.

a contratação de pessoal qualificado para atuação na agenda do CAR localmente, pode ser suficiente para que o critério seja atendido pelos beneficiários.

Quais os desafios de conservação e recuperação de vegetação nativa que você considera para a região?

Um grande desafio observado é o monitoramento da recuperação da vegetação nativa em áreas de proteção permanente (APP) muito pequenas, já que seriam necessários sistemas diferentes daqueles utilizados para monitorar a conservação de áreas de Reserva Legal (RL). Nesse caso, seria relevante aprender com outras experiências que já fazem esse tipo de monitoramento nos estados.

As imagens a seguir apresentam a sistematização gráfica das discussões nos grupos de trabalho.

Sugestões para refinamento do projeto



DESAFIOS

Valores dos incentivos pouco atraentes	Conhecer a situação das análises do CAR em cada estado
Necessidade de esclarecer métrica de precificação e comparar com estudos que mostram o valor ser abaixo do custo de oportunidade	
Alinhamento dos valores dos incentivos com as bases comunitárias	Região muito extensa e muitos proprietários
Custo de oportunidade de conservação	CAR validado e monitoramento de recuperação
Risco de mudança de uso da terra após o período do incentivo	Falta de informações adequadas
Acompanhamento do projeto a eventos alheio à vontade do beneficiário (ex: incêndios florestais)	



POSSIBILIDADES

Ter menos beneficiários com maior valor de incentivo	Ter atrativos além do pagamento: fornecimento de ATER, vinculação a políticas públicas, etc
Priorização de imóveis no entorno de áreas protegidas e cursos de água relevantes para abastecimento urbano	
Desenvolvimento de módulo de monitoramento	
Mapear as motivações de mudança de mentalidade nos beneficiários	
Incentivo de atividades sustentáveis: manejo de produtos não-madeireiros, sistemas agroflorestais etc.	
Apoio à prevenção de incêndios	Adoção de termos de compromisso mais longos







COMUNICAÇÃO


Aproximar o projeto de estruturas já existentes: comunicação com instituições que estão na base (sindicatos, cooperativas)	Rádios locais	Visitas da Emater
	Dificil comunicação por e-mail e website no interior	
Dialogar com outros programas, como o <i>Redd+ for Early Movers de Mato Grosso (REM-MT)</i>	Contato com os proprietários e possuidores por meio de equipe dedicada contratada (experiência Mato Grosso e Pará)	
Fixar editais nos murais das prefeituras	Televisão na frente da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - video wall (experiência de Tocantins)	
	Hospedagem de informativos no sistema SIG-CAR (experiência de Tocantins)	Necessidade de comunicação didática e adequada a cada contexto

Sugestões para refinamento do projeto



 **DESAFIOS**

 Validação do CAR	Risco de sobreposições com Terras Indígenas e unidades de conservação
 Monitoramento de tantos beneficiários	
A necessidade de CAR validado, Termo de compromisso assinado e regularização fundiária pode restringir beneficiários	 Assinatura do termo de regularização ambiental: resistência dos proprietários/possuidores
Legislações estaduais que colocam pressão de avanço sobre áreas de vegetação nativa	Regularização fundiária dos imóveis
	Equipe para ir a campo em tantos imóveis

 **POSSIBILIDADES**

ATER apoiando produtores nas etapas do CAR	Apoio às legislações estaduais de PSA e REDD+
Uso de ferramentas como AgroTagVEG para monitoramento de recomposição vegetal - apresentação sobre a ferramenta para o projeto	
Apoio aos processos de regeneração natural, em abordagem menos intensiva em termos de recursos	
Olhar para o custo de oportunidade da terra nas regiões em que o projeto irá atuar	Ouvir proprietários da região para balizar preço do incentivo
	
Verificar estudos sobre precificação de serviços ambientais: alguns apontam valores entre 300 e 700 reais/ha/ ano como atrativos	

 **COMUNICAÇÃO**

Busca de sinergias com outros projetos (governo e sociedade civil)	Levar informação qualificada sobre PSA para agricultores
Buscar apoio de parceiros (ONGs, OSCs, sindicatos, cooperativas, EMATER, CNA) para comunicação na base	
	
Contato direto com beneficiários: trabalho de campo, atendimento presencial, balcões de atendimento	
	
Campanhas de divulgação e conscientização Ex: campanhas de comunicação do CAR, no início do cadastro	


Modalidade **Recuperação**

2.2 Oficina 2 | Modalidade Inovação



A segunda oficina de refinamento do MOP se debruçou sobre a Modalidade Inovação. O evento contou com representantes de: OSC/ONG; Universidades, fundações, centros e grupos de pesquisa; Redes, fóruns e colegiados; Governo federal e setor privado (figura 3).

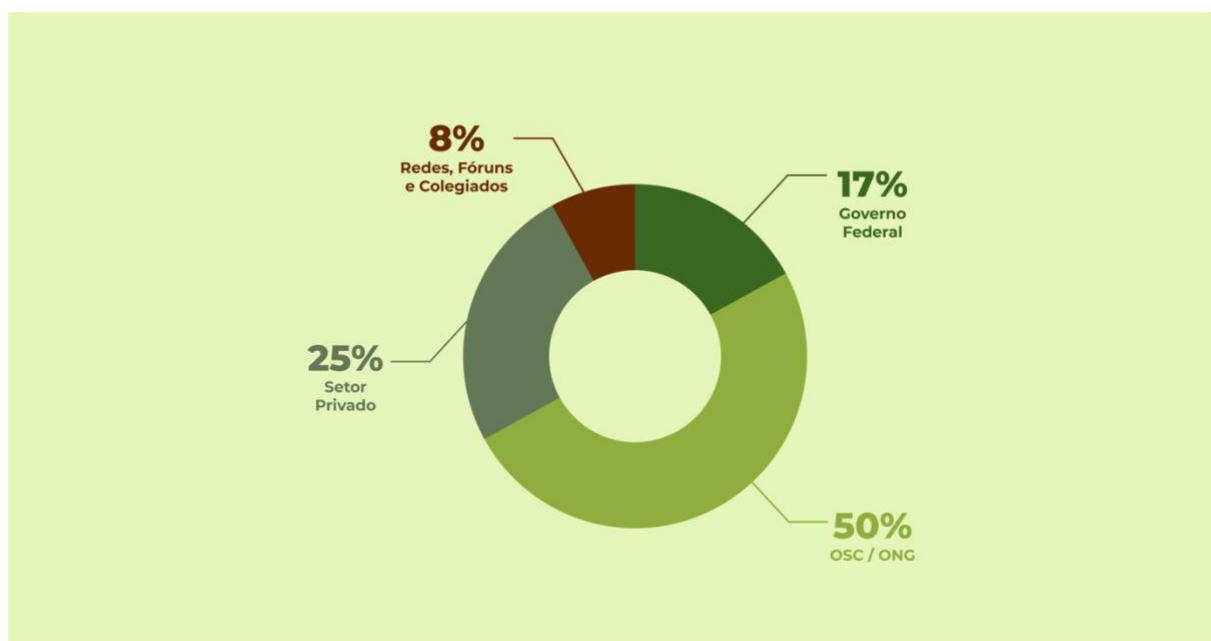


Figura 3: Gráfico indicando o percentual de participantes por público-alvo na oficina da Modalidade Inovação.

A tabela abaixo apresenta a programação da oficina:

9:00 – 9:15	Boas vindas Maristela Baioni Representante Residente Assistente - PNUD Marta Lisli Ribeiro Morais Giannichi Secretária da Amazônia e Serviços Ambientais - MMA
	Apresentação dos objetivos da oficina e resultados esperados

<p>9:15 – 10:00</p>	<p align="center">O Projeto Floresta+ Amazônia</p> <p align="center">Clarisse Cruz – Coordenadora de Projetos Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais - MMA</p> <p align="center">Modalidade Floresta+ Inovação</p> <p align="center">Susan Edda Seehusen – Coordenadora Projeto Floresta+ Amazônia - PNUD</p> <p align="center">Discussão</p>
<p>10:00 – 11:20</p>	<p align="center">Grupos de trabalho para o refinamento da Modalidade Inovação</p>
<p>11:20 – 12:30</p>	<p align="center">Plenária – Apresentação dos resultados e colaboração entre os grupos de trabalho</p> <p align="center">Próximos passos e encerramento</p>

As apresentações iniciais trataram da estrutura geral do Projeto Floresta+ Amazônia e da lógica inicial de implementação da Modalidade Inovação. A sistematização gráfica das informações apresentadas pode ser visualizada nos painéis a seguir.



META

Ao menos 20 projetos de apoio à melhoria e adoção de instrumentos inovadores para as políticas públicas relacionadas à conservação e recuperação da vegetação nativa, através de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)



ORÇAMENTO

5.000.000,00 (dólares) = **R\$ 28.250.000,00** (reais).



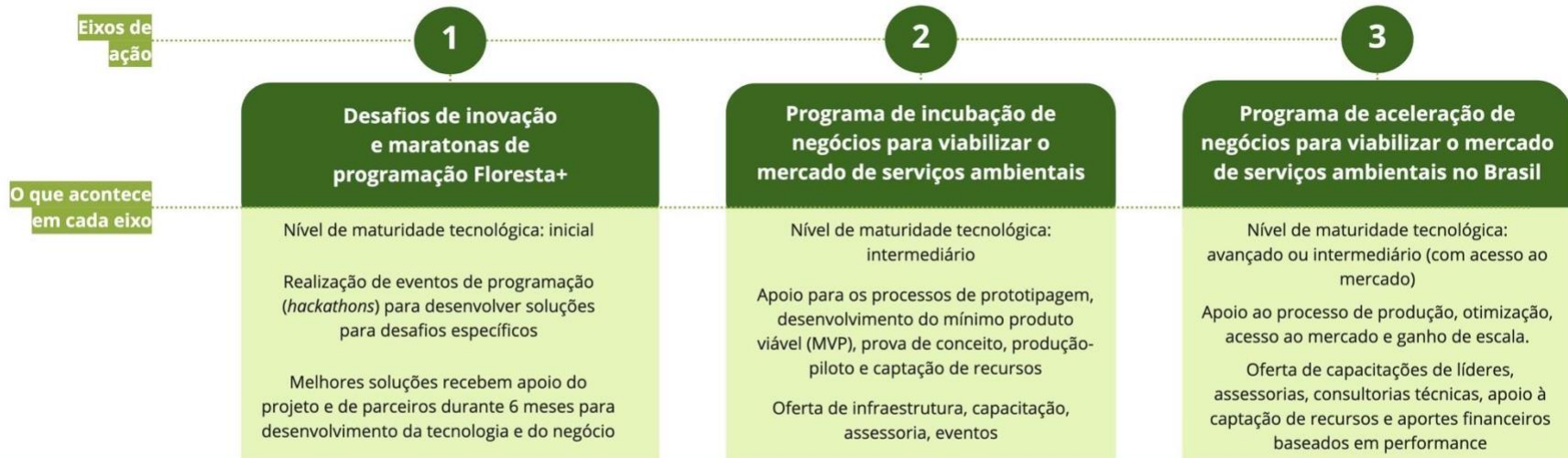
RESULTADOS ESPERADOS

Geração, desenvolvimento, replicação e preparação de inovações e negócios, que respondam a desafios relacionados à criação e à consolidação do mercado de serviços ambientais, para operação em larga escala. Fortalecimento e impulso de inovações e novos negócios voltados à conservação, à restauração e ao uso sustentável da vegetação nativa. Apoio de soluções em tecnologias para promover serviços básicos, criando oportunidades de integrar comunidades e indivíduos em situação de maior vulnerabilidade aos sistemas de PSA.

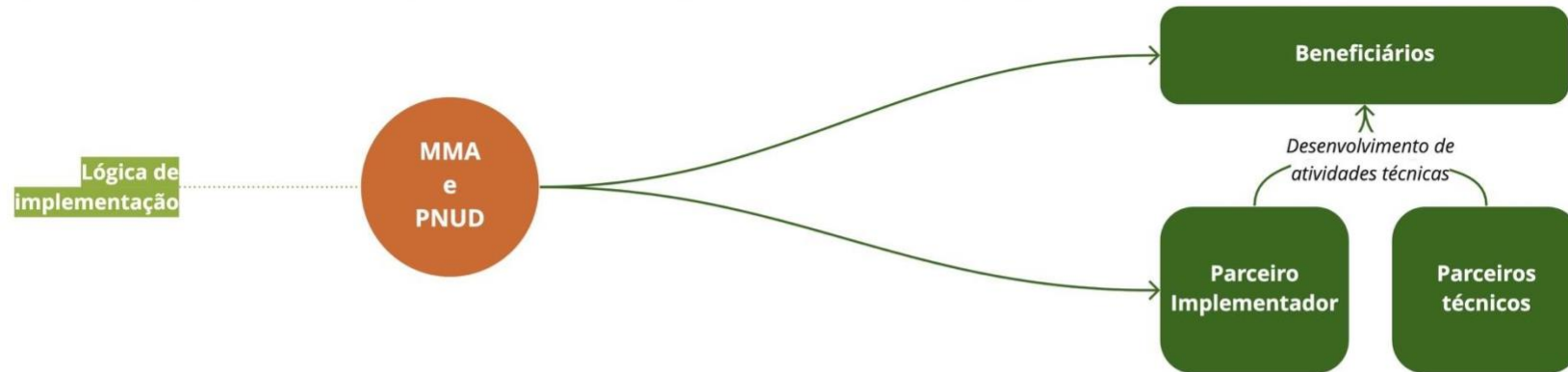


PÚBLICO-ALVO

Empresas e empreendedores, cooperativas e associações de produtores e de extrativistas, instituições de pesquisa privadas e públicas, ONGs/OSCs com foco em inovação.



Oficinas de Refinamento do Manual Operativo



Áreas temáticas inicialmente previstas



Pagamentos por Serviços Ambientais: desenvolvimento de **soluções inovadoras e negócios para criar e consolidar mercados para serviços ambientais**, viabilizar e alavancar sistemas de pagamentos por serviços ambientais de forma monetária ou não monetária.



Soluções que usem **tecnologia de ponta** para apoiar o **desenvolvimento de produtos e serviços ligados à economia da floresta em pé e ao Pagamento por Serviços Ambientais**.



Soluções tecnológicas de impacto imediato na qualidade de vida da população amazônica e **que possam apoiar a inserção de comunidades e atores nos sistemas de PSA**.

Clique [aqui](#) para ver os critérios de elegibilidade para beneficiários e parceiros implementadores

Oficinas de Refinamento do Manual Operativo

A plenária inicial do evento trouxe novamente a discussão sobre o grande desafio que a precificação representa para o projeto, através da experiência do projeto PSA Matopiba. Também foram levantadas as experiências da Sitawi e do Anjos do Brasil sobre inovação financeira, com a criação de novos mecanismos financeiros capazes de impulsionar a inovação tecnológica.

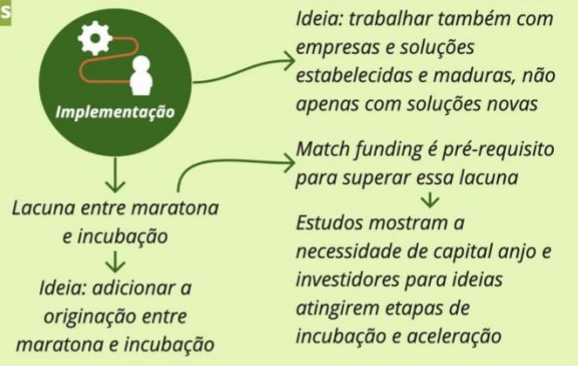
Além disso, os participantes trouxeram contribuições relacionadas à implementação da modalidade, considerando a lacuna existente entre as etapas de maratonas de ideação e incubação, já que estudos mostram a necessidade de capital anjo e investidores para que boas ideias consigam chegar à maturidade necessária para os processos de incubação e aceleração.

A imagem a seguir apresenta a sistematização gráfica da plenária inicial:

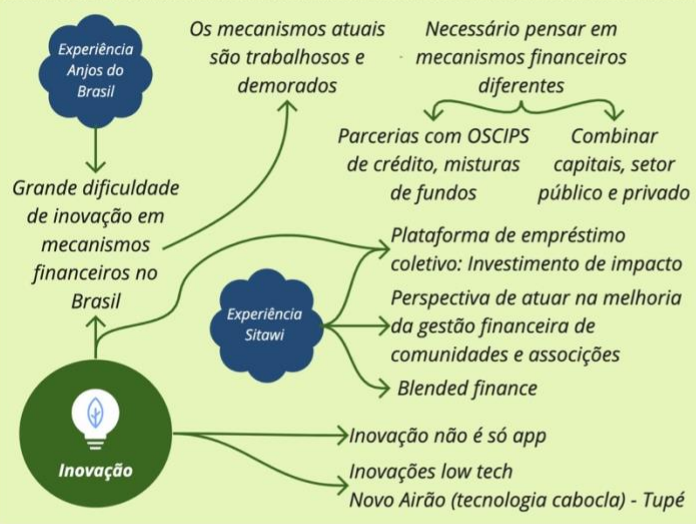
Principais assuntos debatidos



Modalidade Inovação



\$ "Precificação em PSA é um nó que temos que desatar."



\$ "Não adianta pensar em inovação de base tecnológica se a gente não tem inovação financeira que vai levar esse dinheiro até lá"



Os grupos de trabalho da oficina da modalidade Inovação tiveram enfoques diferentes, representados por objetivos específicos distintos.

No caso do grupo 1, o foco foi debater sobre eixo 1 da Modalidade Inovação “Desafios de inovação e maratonas de programação para o Projeto Floresta+ Amazônia” que tem por objetivo promover o desenvolvimento de soluções inovadoras para os desafios relacionados à criação e à consolidação de um mercado para os pagamentos por serviços ambientais no Brasil, bem como à conservação e ao uso sustentável da vegetação nativa.

Por outro lado, o grupo 2 teve foco no eixo 2 “Programa de incubação e aceleração de negócios para viabilizar o mercado de serviços ambientais no Brasil” que pretende (1) fortalecer e preparar projetos de inovação para o ingresso no mercado, contribuindo para a estruturação do mercado de PSA e para soluções de inovação que promovam a conservação e o uso sustentável da vegetação nativa e (2) proporcionar projetos de inovação mais preparados para a entrega de produtos e serviços em larga escala, contribuindo para a estruturação do mercado de PSA e para soluções de inovação.

Havia uma série de perguntas orientadoras definidas para cada grupo, que pôde priorizar algumas delas para encaminhar a discussão. A pergunta selecionada e respondida pelo grupo 1 pode ser vista abaixo:

Quais os desafios relacionados à criação e à consolidação de um mercado para os pagamentos por serviços ambientais no Brasil? Quais destes poderiam ser levados para desafios e maratonas de programação?

Monitoramento: ausência de informações para monitoramento, como a quantificação de CO₂, por exemplo. Existe uma grande variação entre as métricas de quantificação existentes.

Precificação: dúvida sobre a melhor metodologia de precificação, que permita uma melhor resposta do mercado.

Diversificação ou combinação de fontes de financiamento: busca por maior financiamento privado e criação de mecanismos financeiros que permitam o financiamento e os pagamentos.

Também foram discutidos outros temas relevantes ao universo das maratonas de programação, como a necessidade de desenvolvimento de

um *mindset* empreendedor voltado a PSA; a possibilidade de apoio às iniciativas (startups) que vá além da tecnologia, como o desenvolvimento de capacidades interpessoais³; a importância do acesso ao mercado privado para a sustentabilidade das ações do projeto; e a integração das ações do projeto tanto com a academia, quanto com ações já existentes no ecossistema de inovação.

O grupo 2 selecionou uma pergunta muito similar, contudo, adaptada aos objetivos específicos a que o grupo se propunha:

Quais os desafios relacionados à criação e à consolidação de um mercado para os pagamentos por serviços ambientais no Brasil? Quais destes poderiam ser incubados/acelerados?

Mensuração, Relato e Verificação (MRV): desenvolvimento de tecnologias para mensuração, relato e verificação de sequestro de carbono e emissões.

Política nacional de PSA: engajamento dos atores tanto para a aprovação, quanto para a implementação de uma política pública.

Desenvolvimento de modelo de negócios.

Além dos desafios levantados, o grupo 2 chegou a uma proposta de áreas de trabalho potenciais para a modalidade Inovação, contemplando seis pontos:

- Coordenação de políticas públicas para melhorar a precificação e valorização das tecnologias caboclas;
- Desenvolvimento de processos para melhoramento de monitoramento de projetos e programas de PSA;
- Capacitação, engajamento e mobilização de jovens amazônidas em tecnologia que faça sentido no contexto local;
- Desenvolvimento de plataformas, inovação de investimentos coletivos e novos instrumentos financeiros;
- Mulheres no empreendedorismo e inovação na Amazônia;
- Apoio à jornada de empreendedorismo local.

A imagem a seguir apresenta a sistematização gráfica das discussões nos grupos de trabalho:

³ Competências socioemocionais, como comunicação, criatividade, colaboração, resolução de problemas, entre outras.

Sugestões para refinamento do projeto



Modalidade Inovação



DESAFIOS MERCADO PSA

Quantificação do benefício causado pelo serviço ambiental	 Escolha do modelo de precificação	Regulação adequada para fomentar o mercado de PSA
Pulverização de políticas públicas na Amazônia		
Combinação de fontes de financiamento		
Desenvolvimento de <i>mindset</i> empreendedor sobre PSA	Dar continuidade aos benefícios das modalidades Conservação e Recuperação	
MRV - Mensuração, Relato e Verificação sobre sequestro de carbono e emissões		
 Chegar à ponta mais rápido e com maior assertividade	 Disseminação das regras de mercados internacionais para exportação	Trabalhar habilidades interpessoais, como relacionamento entre sócios, negociação etc.



ÁREAS TEMÁTICAS POTENCIAIS

Coordenação de políticas públicas para melhorar a precificação e valorização das tecnologias caboclas	Desenvolvimento de plataformas e inovação de investimentos coletivos e novos instrumentos financeiros	Desenvolvimento de processos para melhoramento de monitoramento de projetos e programas de PSA
 Mulheres no empreendedorismo e inovação na Amazônia		 Apoio à jornada de empreendedorismo local
Capacitação, engajamento e mobilização de jovens amazônidas em tecnologia que faça sentido para o contexto local	 Imagens de satélites para avaliação do grau de conservação das vegetações	Desenvolvimento de algoritmos e tecnologia para avaliações com imagens livres

2.3 Oficina 3 | Modalidade Comunidades: Povos Indígenas



Devido à grande diversidade de públicos e temáticas, a Modalidade Comunidades foi trabalhada em três oficinas, cada uma delas contemplando um público diferente. A oficina destinada às organizações sociais de Povos Indígenas e às ONGs com atuação na Amazônia e com histórico de projetos com Povos Indígenas contou com a participação desses atores, além de representantes de agência de cooperação técnica, do governo federal e de universidades, fundações, centros e grupos de pesquisa (figura 4).

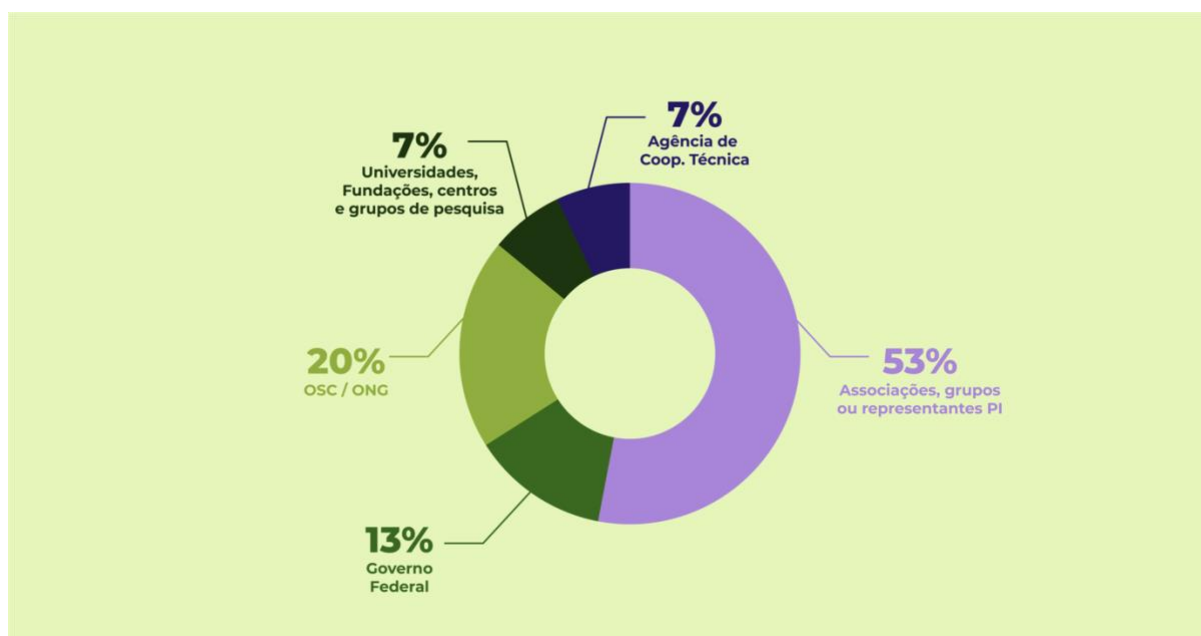


Figura 4: Gráfico indicando o percentual de participantes por público-alvo na oficina da Modalidade Comunidades - Povos Indígenas.

A tabela abaixo apresenta a programação do evento:

<p>9:00 – 9:15</p>	<p>Boas vindas</p> <p>Maristela Baioni Representante Residente Assistente - PNUD</p> <p>Clarisse Cruz – Coordenadora de Projetos Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais - MMA</p> <p>Apresentação dos objetivos da oficina e resultados esperados</p>
<p>9:15 – 10:00</p>	<p>O Projeto Floresta+ Amazônia</p> <p>Clarisse Cruz – Coordenadora de Projetos Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais - MMA</p> <p>Modalidade Floresta+ Comunidades, com foco nos Povos Indígenas</p> <p>Susan Edda Seehusen – Coordenadora Projeto Floresta+ Amazônia - PNUD</p> <p>Discussão</p>
<p>10:00 – 11:20</p>	<p>Grupos de trabalho para o refinamento da Modalidade Floresta+ Comunidades.</p>
<p>11:20 – 12:30</p>	<p>Plenária – Apresentação dos resultados e colaboração entre os grupos de trabalho</p> <p>Próximos passos e encerramento</p>

As apresentações iniciais trataram da estrutura geral do Projeto Floresta+ Amazônia e da lógica inicial de implementação das Modalidade Comunidades. A sistematização gráfica das informações apresentadas pode ser visualizada nos painéis a seguir.



PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Povos indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais que moram em territórios coletivos reconhecidos ou que se associem para a execução de atividades produtivas tradicionais sustentáveis.



RESULTADOS ESPERADOS

Territórios conservados e populações usufruindo de qualidade de vida e autonomia social e econômica.



META

Beneficiar até **64 projetos locais**



ORÇAMENTO

7.500.000,00 (dólares) = **R\$ 42.375.000,00** (reais).

Etapas de implementação

O que acontece em cada etapa

Diálogo e divulgação

Comunicar sobre a lógica de implementação da Modalidade

Identificar necessidades de apoio dos PIPCT

Identificar oportunidades para projetos locais

Aprender com experiências de comunidades e ONGs

Pré-qualificação das partes responsáveis

Identificar e pré-qualificar ONGs e OSCs

Formar banco de dados de partes responsáveis (parceiros de implementação)

Divulgar banco de dados para as comunidades

Pré-seleção de ideias de projetos locais

Receber e pré-selecionar ideias de projetos locais dos PIPCT

Formar banco de dados de projetos locais pré-selecionados

Submissão e seleção de projetos locais

Formar parcerias entre comunidades e partes responsáveis pré-qualificadas

Elaborar proposta detalhada do projeto local

Selecionar os projetos locais

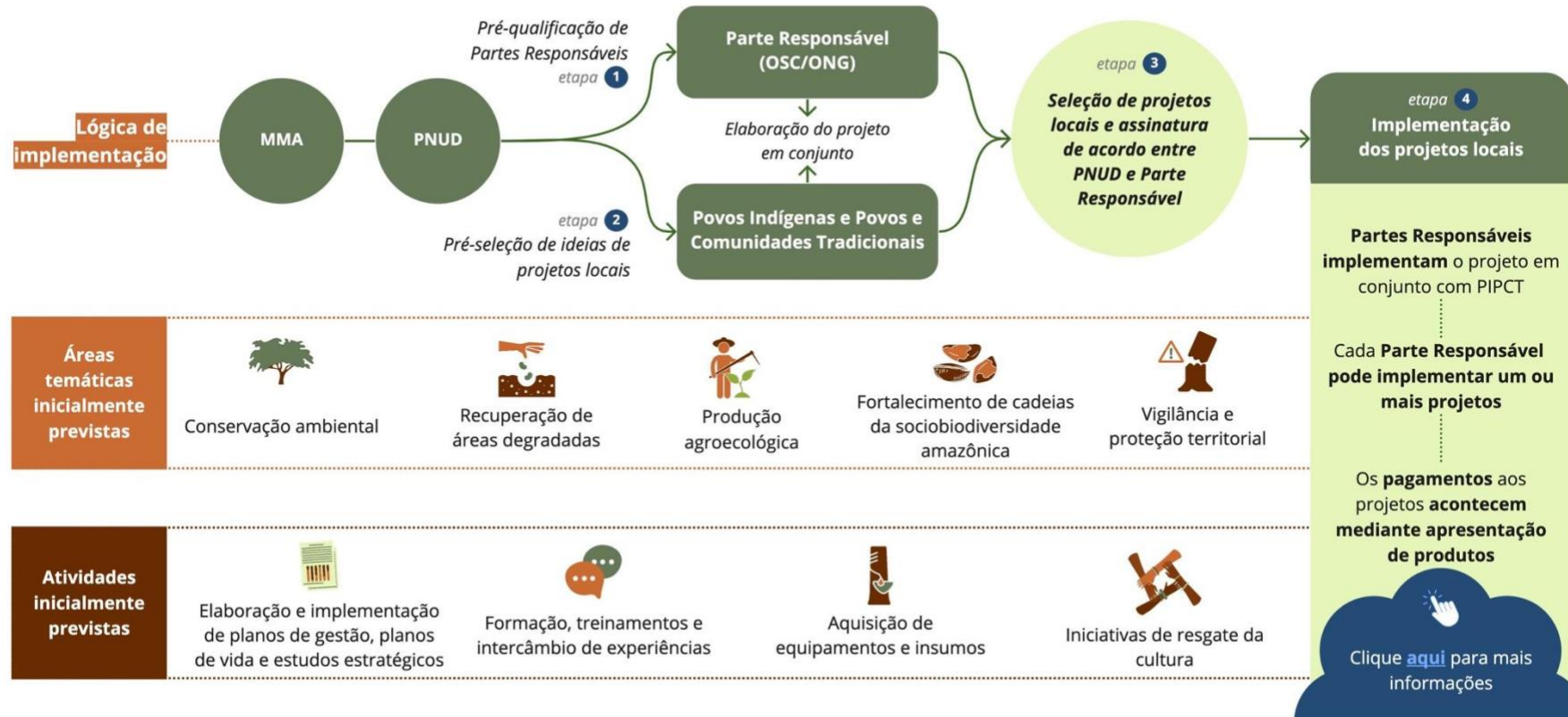
Implementação de projetos locais

Assinar acordo de parceria com as partes responsáveis

Implementar projetos locais (partes responsáveis e comunidades)

Monitorar os projetos locais e seus resultados

Oficinas de Refinamento do Manual Operativo



Oficinas de Refinamento do Manual Operativo

A plenária inicial levantou temas como a importância de uma comunicação simples sobre o projeto, para que este seja disseminado dentro das aldeias. Além disso, os participantes também pontuaram a importância de haver protagonismo indígena em todas as etapas do projeto. Com isso, outro ponto de destaque foi a necessidade latente de fortalecimento institucional das organizações indígenas, para que, em um futuro próximo, estas possam gerir recursos diretamente, sem a necessidade de uma organização aglutinadora.

A imagem a seguir apresenta a sistematização gráfica das discussões iniciais:

Principais assuntos debatidos



Os participantes da oficina foram divididos do seguinte modo: os representantes indígenas presentes foram reunidos em um grupo para dialogar a partir das perguntas orientadoras criadas, enquanto o segundo grupo foi formado pelos representantes de ONGs com histórico de atuação com Povos Indígenas, para uma conversa preliminar sobre a implementação da modalidade via partes responsáveis.

O grupo 1 debateu a partir das seguintes perguntas:

As áreas temáticas inicialmente previstas para a Modalidade Comunidades são:

- 1. Conservação ambiental;**
- 2. Recuperação de áreas degradadas;**
- 3. Produção agroecológica;**
- 4. Fortalecimento de cadeias de abastecimento para produtos da sociobiodiversidade amazônica; e**
- 5. Vigilância e proteção territorial.**

Quais outras áreas temáticas, para além dessas, vocês consideram importantes de serem consideradas?

Na área temática 1 “Conservação ambiental e Vigilância e proteção territorial” os participantes consideram prioridade:

Manejo integrado e adaptativo do fogo: Capacitação para brigadistas voluntários e treinamento para atuação nas ações do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PREVFOGO).

Vigilância e proteção territorial: Cursos para utilização de tecnologia de drones para vigilância do território (para monitoramento comunitário), proteção e vigilância dos locais sagrados, etnovigilância e agregação de valor à observação dos recursos naturais sagrados, como uma caverna ou uma árvore.

Monitoramento e vigilância da questão hídrica: mapeamento e uso sustentável dos recursos hídricos.

Na área temática 2 “Recuperação de áreas degradadas”:

Conservação e recuperação de olhos d'água e reflorestamento de áreas degradadas por invasões.

As atividades inicialmente previstas para a Modalidade Comunidades são:

- 1. Elaboração e implementação de planos de gestão, planos de vida e estudos estratégicos;**
- 2. Formação, treinamentos e intercâmbio de experiências;**
- 3. Aquisição de equipamentos e insumos; e**
- 4. Iniciativas de resgate da cultura.**

Quais tipos de atividades têm maior demanda? (Podem incluir outras que não estão na lista).

A atividade com maior demanda é a implementação dos planos de gestão territorial e monitoramento, que estão paralisados por conta da pandemia. Além disso, também foram destacadas as atividades voltadas aos jovens e às mulheres, ações para o desenvolvimento da economia local (como artesanato, agricultura e produtos da sociobiodiversidade), atividades para fortalecimento institucional das organizações indígenas (como treinamento e formação para elaboração e gestão de projetos e gestão administrativa), atividades de proteção do território e prover infraestrutura comunitária (acesso à internet e energia renovável).

Quais os melhores canais para divulgar os editais de seleção de projetos locais juntos às organizações de base representativas dos indígenas?

Os participantes indicaram a importância de que a comunicação do projeto não se concentre apenas nas lideranças indígenas, mas que chegue também para outros representantes, como as mulheres e os jovens. Outro ponto relevante para uma comunicação eficiente é a compreensão da ausência de uma boa infraestrutura de comunicação.

O e-mail não é utilizado na base, apenas as organizações maiores e suas lideranças acessam este meio de comunicação. Para ampla comunicação seriam adequados boletins informativos curtos com linguagem direta, objetiva e culturalmente adequada enviados pelo WhatsApp, e uso de meios alternativos como rádio e material impresso. Articular com organizações indígenas, como a Coordenação das Organizações Indígenas

da Amazônia Brasileira (COIAB) e a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB).

A imagem a seguir apresenta a sistematização gráfica do trabalho do grupo:

Sugestões para refinamento do projeto

ÁREAS TEMÁTICAS

<p>Inclusão dos temas</p> <p>Fortalecimento institucional</p>	
<p>Fortalecimento da estrutura comunitária Disponibilização de infraestrutura de comunicação, acesso à internet e outras estruturas com energia renovável</p>	
<p>Considerar na temática 1</p>	
<p>Manejo do fogo Capacitação de brigadistas voluntários nas associações</p>	<p>Utilização de tecnologia para monitoramento do território. Cursos para utilização de drones e imagens de satélites</p>
<p>Proteção e vigilância de locais sagrados</p>	
<p>Considerar na temática 2</p>	
<p>Recursos hídricos Monitoramento da situação da água e recuperação de nascentes e olhos d'água</p>	



Modalidade Comunidades

PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

<p>Implementação dos planos de monitoramento e gestão ambiental existentes</p>	
<p>Desenvolvimento de competências de gestão nas associações</p>	<p>Intercâmbio de experiências entre as associações indígenas</p>
<p>♀ Fortalecer o protagonismo das mulheres na retomada pós covid</p>	<p>Ações com os jovens</p>
	<p>Desenvolvimento da economia local</p>
<p>Inclusão das atividades</p>	
<p>Monitoramento contra invasão e roubo de madeira ilegal em territórios tradicionais</p>	<p>Contratação de vigilantes para monitorar o território</p>
<p>🌱 Registro das percepções indígenas sobre as questões climáticas, dar visibilidade para essas questões diante da perspectiva dos povos indígenas</p>	

COMUNICAÇÃO

<p>📻 Rádios amadores</p>	<p>📱 Whatsapp</p>
<p>✉️ Difícil comunicação por e-mail</p>	
<p>📰 Boletins informativos periódicos com textos curtos (até 2 páginas) e linguagem culturalmente adequada</p>	
<p>Articular com vários grupos e coletivos: COIAB, UMIAB etc.</p>	
<p>Não envolver apenas as lideranças, mas ouvir outros representantes. As salvaguardas precisam ser respeitadas</p>	

O grupo 2 tratou da implementação da modalidade a partir da perspectiva das partes responsáveis e as discussões realizadas serão apresentadas junto com as demais reflexões ocorridas na oficina 5, da Modalidade Comunidades com foco nas partes responsáveis.

2.4 Oficina 4 | Modalidade Comunidades: Povos e Comunidades Tradicionais



A quarta oficina de refinamento do MOP tratou da perspectiva dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) sobre a Modalidade Comunidades. Desse modo, a oficina contou com a participação de associações, grupos ou representantes de Povos e comunidades tradicionais, OSC/ONG, governo federal e agência de cooperação técnica (figura 5).

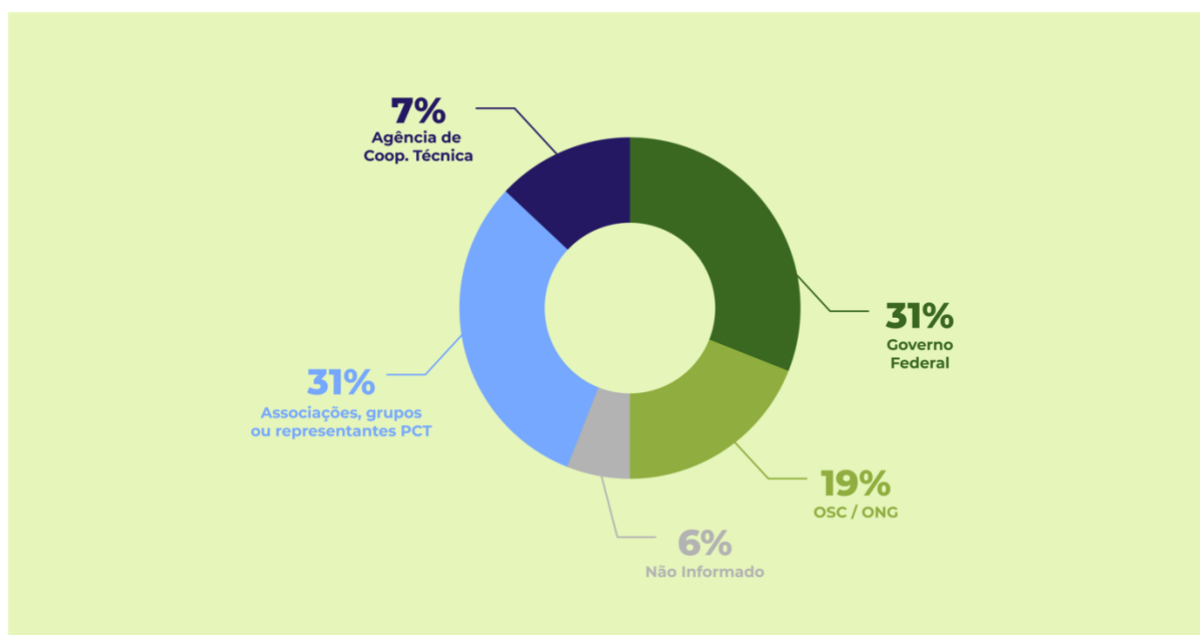


Figura 5: Gráfico indicando o percentual de participantes por público-alvo na oficina da Modalidade Comunidades - Povos e Comunidades Tradicionais.

A tabela abaixo apresenta a programação da oficina:

9:00 – 9:15	<p>Boas vindas</p> <p>Luana Lopes Coordenadora da Unidade de Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável - PNUD</p> <p>Clarisse Cruz – Coordenadora de Projetos Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais - MMA</p> <p>Apresentação dos objetivos da oficina e resultados esperados</p>
9:00– 10:00	<p>O Projeto Floresta+ Amazônia</p> <p>Clarisse Cruz – Coordenadora de Projetos Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais - MMA</p> <p>Modalidade Floresta+ Comunidades, com foco nos Povos e Comunidades Tradicionais</p> <p>Susan Edda Seehusen – Coordenadora Projeto Floresta+ Amazônia - PNUD</p> <p>Discussão</p>
10:00 – 11:20	<p>Grupos de trabalho para o refinamento da Modalidade Comunidades.</p>
11:20 – 12:30	<p>Plenária – Apresentação dos resultados e colaboração entre os grupos de trabalho</p> <p>Próximos passos e encerramento</p>

As apresentações iniciais trataram da estrutura geral do Projeto Floresta+ Amazônia e da lógica inicial de implementação das Modalidade Comunidades (painéis apresentados na seção anterior – 2.3).

A plenária inicial levantou a importância da existência de processos de diálogo abrangentes, considerando a grande diversidade observada nos Povos e Comunidades Tradicionais. Para isso, pode-se aproveitar lições aprendidas de outros projetos já em curso e as experiências de organizações com histórico de trabalho com PCT.

Outro ponto que estimulou bastante o debate foi a necessidade de fortalecimento institucional das organizações de base das comunidades para que no futuro estas possam acessar recursos diretamente. Sobre a

implementação da modalidade, também foi frisada a necessidade de apoio para o processo de consentimento livre, prévio e informado.

A imagem a seguir apresenta a sistematização gráfica da plenária:

Principais assuntos debatidos



Modalidade Comunidades

Consulta online não é o ideal



Como fazer o diálogo de maneira satisfatória nesse momento de pandemia?

Colheita de impressões e contribuições via formulário eletrônico

Divulgação do projeto via vídeo explicativo

Modelo híbrido: plenárias virtuais + várias pequenas reuniões com lideranças para multiplicar conhecimento

Usar **espaços estabelecidos** para promover o diálogo, como conselhos e associações

Diálogo com a juventude:

Estimular o protagonismo da juventude dentro do projeto, convidando para as oficinas

Ouvir demandas da juventude e fazer com que a política pública chegue para eles



É necessário o apoio de uma grande ONG para submeter propostas?



"Precisa **entender a realidade da base para a criação dos editais**"

Capacitar as comunidades para que consigam acessar recursos diretamente, com apoio das instituições representativas ao longo do processo

No edital: Incluir modalidades de acesso mais simplificadas, envolvendo as próprias comunidades na execução dos projetos

É necessário apoio para o processo de consentimento livre, prévio e informado



Processo de consulta com os povos indígenas mais amplo do que com povos e comunidades tradicionais

→ Sensação de marginalização



Povos tradicionais são muito diversos. Como lidar?

REDD+ Early Movers (REDD+ para Pioneiros)

Muito difícil acessar todos os territórios

→ Reunir grandes representações

Assim como na oficina voltada aos Povos Indígenas, os participantes debateram a Modalidade Comunidades a partir de perguntas sobre as áreas temáticas e atividades inicialmente previstas, e canais de comunicação existentes. As respostas de todos os grupos seguem sintetizadas abaixo.

As áreas temáticas inicialmente previstas para a Modalidade Comunidades são:

- 1. Conservação ambiental;**
- 2. Recuperação de áreas degradadas;**
- 3. Produção agroecológica;**
- 4. Fortalecimento de cadeias de abastecimento para produtos da sociobiodiversidade amazônica; e**
- 5. Vigilância e proteção territorial.**

Quais as percepções sobre essas áreas temáticas? Quais outras áreas temáticas, para além dessas, vocês identificam como importantes de serem consideradas?

Na área temática 1, os participantes consideraram prioridade:

Apoio à regularização do CAR nos territórios coletivos.

Acompanhamento da qualidade da água nos territórios, sobretudo aqueles localizados próximos a cidades e concentração de população.

Na área temática 2, os participantes consideraram prioridade:

Recuperação e reaproveitamento de áreas degradadas: recuperação produtiva com a utilização de sistemas agroflorestais (SAF) e recuperação dos recursos hídricos afetados por incêndios.

Na área temática 3, os participantes consideraram prioridade:

Acesso às políticas públicas por povos tradicionais: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Regionalização da Merenda Escolar (PREME).

Turismo de base comunitária: voltado à vivência e às trocas com as comunidades.

Manejo de recursos naturais.

Outras áreas temáticas demandadas:

Saúde, bem-estar e acesso a bens e serviços: Tecnologias sociais para acesso à água, saneamento, energia limpa e infraestrutura de comunicação.

Fortalecimento das organizações: preparo das instituições representativas para atender aos editais de apoio por meio de formação técnica.

As atividades inicialmente previstas para a Modalidade Comunidades são:

- 1. Elaboração e implementação de planos de gestão, planos de vida e estudos estratégicos;**
- 2. Formação, treinamentos e intercâmbio de experiências;**
- 3. Aquisição de equipamentos e insumos; e**
- 4. Iniciativas de resgate da cultura.**

Quais tipos de atividades têm maior demanda? (Podem incluir outras que não estão na lista).

Na atividade 1, os participantes consideraram prioridade a **formação de parcerias com instituições de pesquisa**, como a EMBRAPA.

Na atividade 4, os participantes consideraram prioridade os **artesanatos**.

Outras atividades demandadas:

Assistência técnica e extensão rural, apoio à articulação e trabalho em rede dentro e fora dos territórios, apoio à divulgação de produtos provenientes dos territórios coletivos, fortalecimento da comunicação e inclusão digital das comunidades, valorização cultural da juventude.

Quais os melhores canais para divulgar os editais de seleção de projetos locais juntos às organizações de base representativas dos povos e comunidades tradicionais?

De modo geral, a divulgação através de e-mail e website não atinge os potenciais beneficiários da modalidade.

Foram sugeridas as seguintes ações de comunicação: disponibilizar número de telefone institucional destinado a sanar dúvidas sobre o projeto, material impresso em bancos e casas lotéricas, chamadas em rádios e televisão aberta, WhatsApp de lideranças comunitárias e instituições parceiras, como secretarias de meio ambiente e instituições de ATER.

Que ações o Projeto Floresta+ Amazônia Modalidade Comunidades poderia promover para apoiar as organizações de base representativas dos povos e comunidades tradicionais na apresentação de propostas aos editais?

Vídeos curtos e material com perguntas e respostas sobre o acesso aos recursos para serem enviados pelo WhatsApp, oficinas para tirar dúvidas e apoiar no preenchimento dos formulários e canais do projeto para que as comunidades possam enviar vídeos contando sobre a sua realidade.

A imagem a seguir apresenta a sistematização gráfica da discussão dos grupos:

Sugestões para refinamento do projeto

ÁREAS TEMÁTICAS

Inclusão dos temas:

 Fortalecimento organizações de base Apoio à regularização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em territórios	 Formação: - gestão de projetos (ex. gestão financeira); - Informática (inclusão digital); - CAR.
 Infraestrutura coletiva sustentável e inovadora (energia limpa, água, esgoto, internet)	 Turismo de base comunitária Saúde, bem-estar e acesso a bens e serviços
Incluir na área temática 1: Acompanhamento da qualidade da água ; Medidas que olhem para o entorno das áreas protegidas	
Incluir na área temática 2: Questão dos recursos hídricos (rios, lagoas, olhos d'água)	



ATIVIDADES

Inclusão das atividades:

Atividades transversais: - resgate conhecimentos tradicionais; - espécies medicinais e locais sagrados.	 Assessoria técnica e extensão rural
 Apoio para articulação e trabalho em rede	
Trocas de experiências com comunidades	



"A nossa luta é resistência, conhecimento e sabedoria. Um rio que não sabe onde nasce, no meio do caminho ele morre."

Filosofia UBUNTU

COMUNICAÇÃO

Rádios locais Entrevistas com representantes do projeto	 Whatsapp Vídeos curtos
 Apoio de instituições parceiras: Bancos, SEMA(s), ICMBio, Funai	Panfletos e cartazes em instituições bancárias
Em algumas comunidades a internet só é acessada nas escolas. É necessário fazer amplo diagnóstico , considerando a grande diversidade de contextos	
 TV aberta	

APOIO À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Possibilidade de incluir institutos de pesquisa (EMBRAPA) como parceiros dos projetos locais
Pessoa específica para assessorar e tirar dúvidas
Sessões de esclarecimento de dúvidas
Material didático Perguntas e respostas
Whatsapp Materiais didáticos e vídeo-tutorial

2.5 Oficina 5 | Modalidade Comunidades: Partes Responsáveis



A terceira oficina da Modalidade Comunidades teve como público-alvo as ONGs com atuação na Amazônia e com histórico de projetos com PIPCT, para discutir sobre a implementação da modalidade por meio de partes responsáveis, e contou com a participação de: associações, grupos ou representantes de Povos e comunidades tradicionais; associações, grupos ou representantes de Povos indígenas; governo federal; OSC/ONG; Redes, fóruns e colegiados (figura 6).

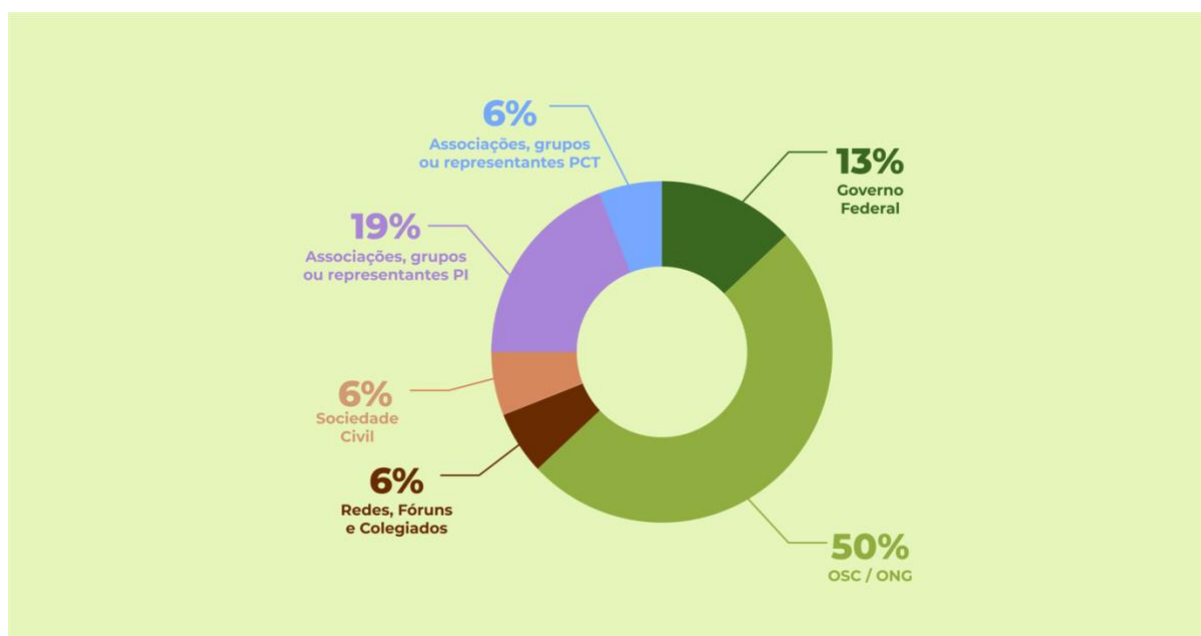


Figura 6: Gráfico indicando o percentual de participantes por público-alvo na oficina da Modalidade Comunidades - Partes Responsáveis.

A tabela abaixo apresenta a programação da oficina:

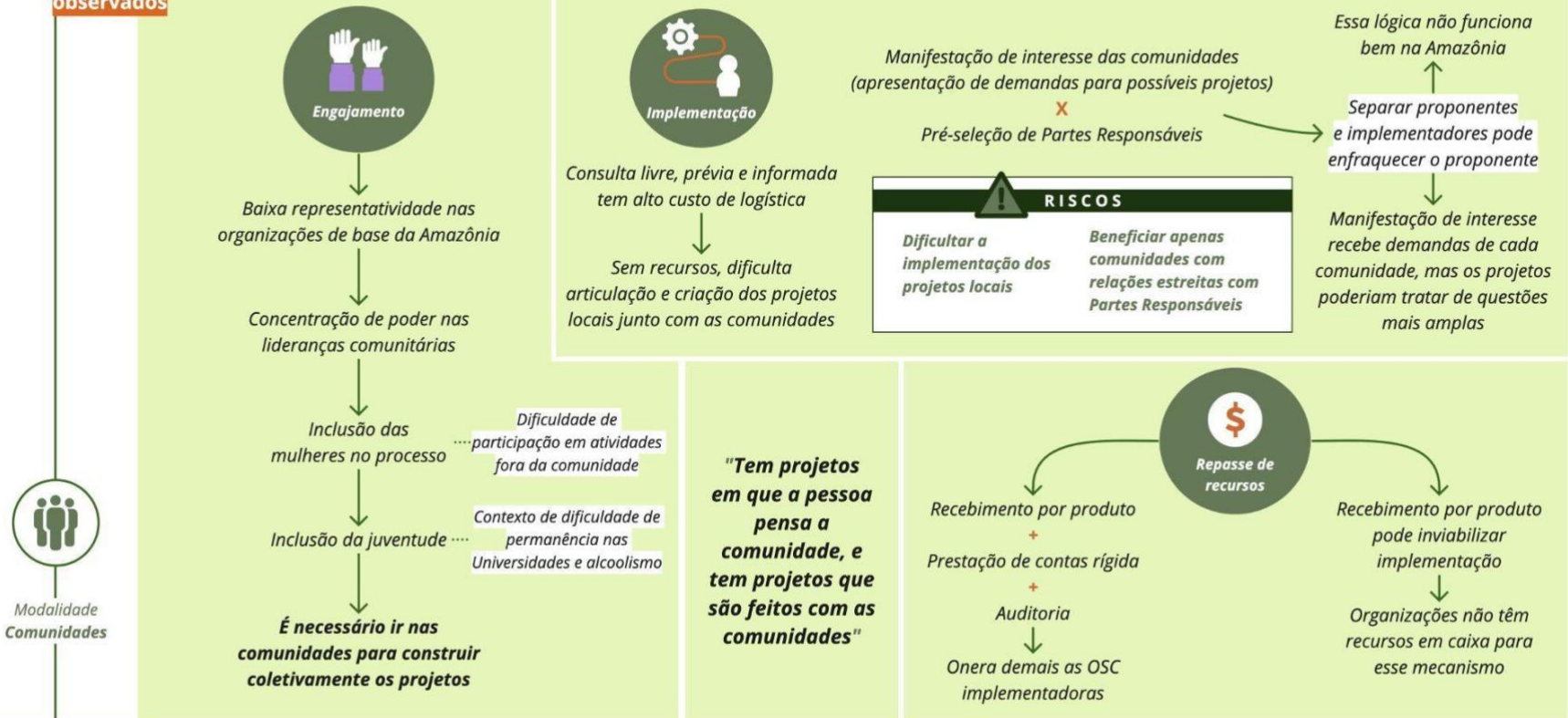
9:00 – 9:15	<p>Boas vindas</p> <p>Luana Lopes Coordenadora da Unidade de Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável - PNUD</p> <p>Clarisse Cruz – Coordenadora de Projetos Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais - MMA</p> <p>Apresentação dos objetivos da oficina e resultados esperados</p>
9:00– 10:00	<p>O Projeto Floresta+ Amazônia</p> <p>Clarisse Cruz – Coordenadora de Projetos Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais - MMA</p> <p>Modalidade Floresta+ Comunidades, com foco nas Partes Responsáveis</p> <p>Susan Edda Seehusen – Coordenadora Projeto Floresta+ Amazônia - PNUD</p> <p>Discussão</p>
10:00 – 11:20	<p>Grupos de trabalho para o refinamento da modalidade Comunidades.</p>
11:20 – 12:30	<p>Plenária – Apresentação dos resultados e colaboração entre os grupos de trabalho</p> <p>Próximos passos e encerramento</p>

As apresentações iniciais trataram da estrutura geral do Projeto Floresta+ Amazônia e da lógica inicial de implementação das Modalidade Comunidades (painéis apresentados na seção anterior – 2.3).

Durante a plenária inicial foi discutida a importância do engajamento das comunidades durante todo o processo de construção das propostas e execução dos projetos locais, envolvendo não apenas as lideranças, mas também as mulheres e a juventude. Os representantes das potenciais partes responsáveis também relataram suas experiências no trabalho com povos indígenas e povos e comunidades tradicionais levantando alguns desafios que poderiam ser observados pelo projeto Floresta+ Amazônia, como a necessidade de recursos para a articulação e elaboração de projetos locais junto com as comunidades, sob o risco de que o projeto acabaria por beneficiar aquelas comunidades que já tivessem uma relação estreita com partes responsáveis.

A sistematização gráfica do debate pode ser observada na imagem a seguir:

Principais desafios observados



O trabalho nos dois grupos foi pautado pelas mesmas perguntas orientadoras, que estão respondidas abaixo. As respostas incluíram também as informações levantadas no grupo composto por potenciais Partes Responsáveis durante a oficina sobre a Modalidade Comunidades com foco nos Povos Indígenas.

Considerando as informações apresentadas sobre a implementação da Modalidade Comunidades, quais potenciais desafios vocês preveem? Quais as recomendações para lidar com esses desafios?

Em uma perspectiva mais ampla, observando o atual contexto das comunidades, os principais desafios identificados foram: (1) a articulação e integração do projeto Floresta+ Amazônia com outras políticas federais e estaduais de REDD+; (2) a integração dos planos de gestão territorial e ambiental no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT); (3) a baixa representatividade das organizações de base na Amazônia; (4) a inclusão de mulheres e jovens nos planos de vida; (5) a permanência de jovens comunitários nas universidades; (6) a entrada de álcool e drogas nas comunidades por meio dos grandes empreendimentos de infraestrutura.

Por outro lado, considerando o contexto das potenciais partes responsáveis, e a lógica de implementação da Modalidade Comunidades, os desafios identificados foram: (1) a dificuldade de viabilizar o processo de implementação com o repasse de recurso mediante apresentação de produtos, considerando que poucas organizações têm caixa para fazer as mobilizações antes da entrada do recurso do projeto; (2) o recebimento de recurso por produto com a necessidade de prestação de contas criteriosa; (3) a separação dos processos de seleção entre os proponentes dos projetos locais (comunidades) e os executores (partes responsáveis); (4) a garantia de repasse de recurso prévio para assegurar o processo de construção participativa; (5) a comunicação eficaz da lógica de implementação do projeto Floresta+ Amazônia para as comunidades, de modo a gerenciar as expectativas dos potenciais beneficiários.

Considerando os desafios identificados, os grupos fizeram as seguintes recomendações:

- Ouvir as comunidades, de modo que os projetos locais sejam pensados com a comunidade e não para a comunidade;
- Implementar os projetos com a participação direta das comunidades, não apenas das lideranças;
- Envolver as mulheres nas discussões;
- Potencializar eixos dos Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI);
- Formar capacidades nas comunidades;
- Solicitar, na manifestação de interesse, a apresentação de um termo de adesão ou anuência sobre a realização do projeto;
- Abrir portas e oportunidades para os jovens nas comunidades;
- Prever o pagamento de bolsas para jovens monitores das comunidades nos itens financiáveis.

As áreas temáticas inicialmente previstas para a Modalidade Comunidades são:

- 1. Conservação ambiental;**
- 2. Recuperação de áreas degradadas;**
- 3. Produção agroecológica;**
- 4. Fortalecimento de cadeias de abastecimento para produtos da sociobiodiversidade amazônica; e**
- 5. Vigilância e proteção territorial.**

Há alguma contribuição/sugestão para a implementação das áreas temáticas da Modalidade Comunidades?

Conservação ambiental: monitorar a remoção de carbono da atmosfera pelo manejo florestal sustentável.

Produção agroecológica: implementação de SAFs a partir do manejo da regeneração natural de espécies arbóreas (castanheiras, pau-mulato, entre outros) em áreas da agricultura itinerante.

Fortalecimento de cadeias de produtos da sociobiodiversidade amazônica: (1) incluir o manejo florestal de uso múltiplo, sobretudo de base comunitária, como estratégia para implementação do projeto; (2) desenvolvimento de projetos de produtos da sociobiodiversidade com

envolvimento dos jovens, como forma de gerar renda para o território e fortalecer as organizações comunitárias.

Fortalecimento institucional: (1) formar capacidades em gestão administrativa para implementação dos projetos; (2) promover intercâmbios de experiências entre instituições e comunidades buscando otimizar a gestão.

Implementação dos planos gestão e planos de vida: (1) mostrar caminhos para superar os desafios da juventude nas comunidades (como álcool e drogas no território); (2) diagnósticos socioculturais realizado pelos jovens; (3) cursos e programas de estágios de prestação de serviços para as associações de base (em áreas como gestão, administração, representação), com apoio das instituições parceiras, voltados para a juventude.

A sistematização gráfica das discussões nos grupos pode ser observada na imagem a seguir:



Modalidade Comunidades

2.6 Oficina 6 | Mulheres



Considerando a importância da igualdade de gênero para a melhoria dos resultados de qualquer iniciativa, bem como para acelerar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), foi desenvolvida uma estratégia de gênero para a implementação do projeto Floresta+ Amazônia.

O documento foi apresentado e discutido durante a sexta oficina, que teve a participação de: associações, grupos ou representantes de Povos e comunidades tradicionais; associações, grupos ou representantes de Povos Indígenas; OSC/ONG; redes, fóruns e colegiados; universidades, fundações, centros e grupos de pesquisa; governo estadual e federal (figura 7), além de homens e mulheres engajados nas oficinas anteriores de todas as modalidades.

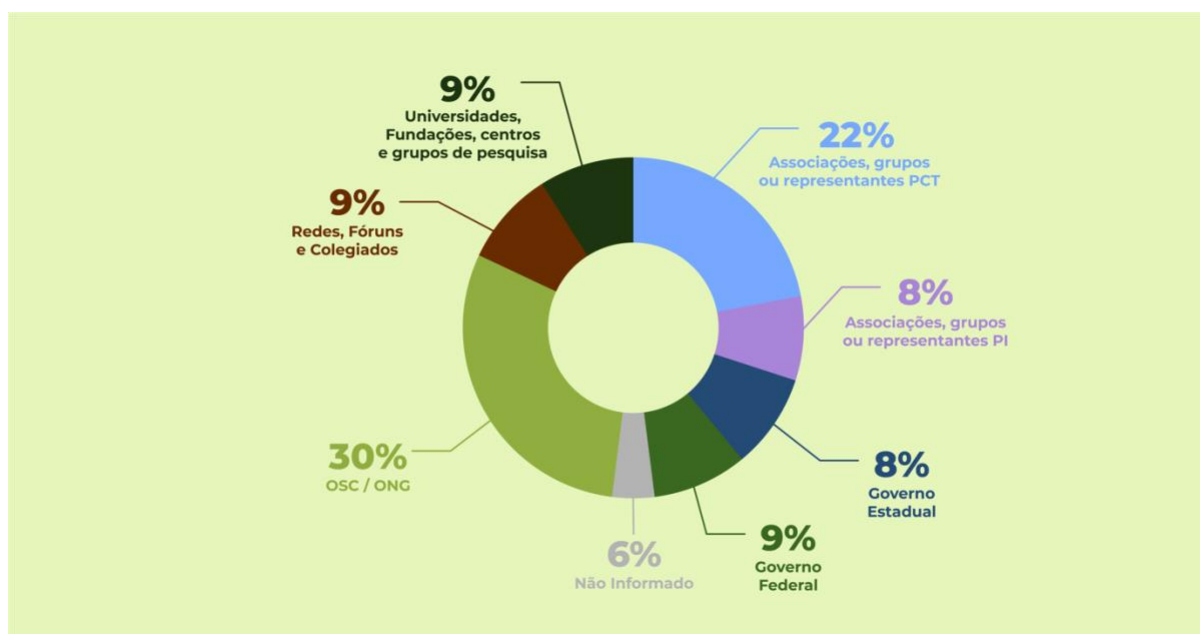


Figura 7: Gráfico indicando o percentual de participantes por público-alvo na oficina do tema transversal – Mulheres.

A programação do evento pode ser vista na tabela a seguir.

<p>9:00 – 9:15</p>	<p>Boas vindas Ismalia Afonso Oficial para Gênero, Raça e Etnia - PNUD Monique Ferreira Analista Ambiental - MMA</p> <p>Apresentação dos objetivos da oficina e resultados esperados</p>
<p>9:00– 10:00</p>	<p>O Projeto Floresta+ Amazônia Monique Ferreira Analista Ambiental - MMA</p> <p>Plano de Ação de Gênero Susan Edda Seehusen – Coordenadora Projeto Floresta+ Amazônia - PNUD</p> <p>Discussão</p>
<p>10:00 – 11:20</p>	<p>Grupos de trabalho para o refinamento do Plano de Ação de Gênero.</p>
<p>11:20 – 12:30</p>	<p>Plenária – Apresentação dos resultados e colaboração entre os grupos de trabalho</p> <p>Próximos passos e encerramento</p>

As apresentações iniciais trataram da estratégia de igualdade de gênero do PNUD e política de gênero do GCF e do Plano de ação de gênero do projeto Floresta+ Amazônia. A sistematização gráfica das informações apresentadas pode ser visualizada no painel a seguir.



Diferente da dinâmica dos demais eventos, na oficina sobre inclusão de mulheres a maior parte das discussões aconteceu dentro dos grupos de trabalho, apesar do tempo destinado à plenária inicial.

Os grupos de trabalho foram definidos com vistas a aprofundar as questões de gênero no âmbito de cada uma das modalidades do projeto. A seguir são apresentadas as respostas para cada pergunta orientadora.

Modalidades Conservação e Recuperação

Quais são os desafios principais da desigualdade de gênero para participação das mulheres nos projetos de conservação e recuperação na Amazônia?

A predominância de chefes de família homens no meio rural, deve ser considerada no âmbito do projeto, para que não haja impactos negativos relacionados ao recebimento do benefício, colocando as mulheres em situação de vulnerabilidade.

Outro desafio observado é o de aproximar as discussões do projeto das mulheres, tendo em vista a dificuldade de conciliação entre as diferentes demandas (maternidade, trabalhos domésticos, entre outras).

Quais são os desafios para a inserção das mulheres nas atividades das Modalidades Conservação e Recuperação e quais as medidas para promover essa inserção nas modalidades em questão?

As mulheres têm um papel central nas decisões, na sensibilização e multiplicação de conhecimento no seio familiar. Dessa forma, é importante desenhar estratégias específicas para o engajamento das mulheres no plano de comunicação do projeto. Outra medida relevante é a inserção de mulheres como profissionais de ATER, independentemente de qualquer resistência inicial que possa vir a existir.

Como garantir o alcance do número de beneficiárias mulheres nas Modalidades Conservação e Recuperação?

- Garantindo o pagamento na conta bancária das mulheres;
- Fomentando tanto o cadastro quanto a análise prioritária do CAR em nome das mulheres;
- Considerando o engajamento das mulheres como critério principal e o CAR como critério secundário, tendo em vista que a maior parte dos cadastros estão no nome dos homens chefes de família;
- Solicitando a comprovação/declaração de convivência com marido cadastrado como proprietário/possuidor do imóvel rural;
- Considerando o papel de mulheres como replicadoras das informações do projeto;
- Apoiando a análise do CAR;
- Fazendo mutirões para apoio ao cadastro no projeto, especialmente em dias alternativos;
- Identificando as lideranças, comunicando através de áudios e pequenos vídeos no WhatsApp;
- Mapeando e criando parcerias com atores locais para capilarizar as ações.

Em relação aos critérios de elegibilidade, conseguem avaliar se existe alguma questão específica que dificulte o acesso de mulheres?

A atualização da base do CAR em relação ao domínio, considerando casos de separações ou o falecimento de marido.

Os planos de ação de gênero (GAP) são requerimentos para projetos apoiados pelo Fundo Verde para o Clima e implementados pelo PNUD. Esses planos buscam operacionalizar as restrições e oportunidades para mulheres e homens identificados durante a análise de gênero realizada na fase de elaboração da proposta de projeto para integrá-los totalmente na concepção do projeto. Os indicadores do plano desenvolvido para o Projeto Floresta+ Amazônia são suficientes para medir o progresso na abordagem desses desafios e questões para esse acesso? Se não, que mudanças devem ser feitas para isso?

Os indicadores foram considerados suficientes pelos participantes.

A sistematização gráfica do grupo pode ser observada a seguir.

Considerações para refinamento

DESAFIOS

PROPOSTAS

COMUNICAÇÃO



Modalidade
Conservação



Modalidade
Recuperação

<p>Baixa proporção de mulheres inscritas como titulares no Cadastro Ambiental Rural (CAR)</p>	 <p>Falta de registro da proporção de mulheres e homens no CAR</p>
<p>Casos de desatualização do CAR por falecimento dos maridos e dificuldade na alteração do cadastro</p>	
 <p>Dificuldade de participação de mulheres em reuniões devido à rotina vinculada ao trabalho doméstico</p>	<p>Meio rural patriarcal - chefes de família majoritariamente homens</p>
<p>Possibilidade de pagamento direto a mulheres gerar situações adversas, como violências e chantagem</p>	

<p>Inscrição no CAR como 2o. critério: Verificar interesse das mulheres no projeto e pedir documentos que comprovem relação com o homem registrado no CAR</p>	<p>Priorizar as análises do CAR que estejam em nome de mulheres</p>
 <p>Incluir no formulário de inscrição no projeto autoidentificação de gênero</p>	<p>Formação de mulheres para atualização do CAR</p>
<p>Fixar uma cota/meta para inclusão de mulheres no projeto</p>	
 <p>Cadastro no projeto e pagamentos realizados nos nomes das mulheres</p>	
<p>Apoio de técnicas de Assistência Técnica Rural mulheres</p>	

<p>Estratégias específicas para informar mulheres sobre o projeto</p>	 <p>Considerar mulheres como multiplicadoras e comunicadoras do projeto</p>
 <p>Mutirões de engajamento, esclarecimento e de apoio às inscrições nas comunidades, em dias e horários compatíveis com as rotinas das mulheres</p>	<p>Proximidade com igrejas e associações comunitárias</p>
 <p>Utilizar comunicação por áudio e vídeo por whatsapp para disseminar informações sobre o projeto - experiência do ICV em Mato Grosso</p>	



"Se o programa conseguir chegar às mulheres, é 80% do sucesso dos programas."



"Ainda que o homem leve ao poder público o que está acontecendo, são as mulheres que observam as mudanças."

Modalidade Comunidades

Quais são os desafios principais da desigualdade de gênero para participação das mulheres em projetos de gestão ambiental e territorial e desenvolvimento sustentável na Amazônia?

Responsabilidades domésticas

- As inúmeras tarefas de responsabilidade das mulheres (roçado, cuidado da casa, cuidado dos filhos) e a ausência de uma bolsa ou apoio para suprir a ausência da mulher no lar enquanto ela participa das atividades do projeto.
- Falta de apoio para que as mulheres possam levar um cuidador de sua confiança, como filho mais velho, marido ou outro familiar, para ficar com os filhos mais novos durante as atividades do projeto. Esse é um grande desafio à igualdade de gênero, já que os homens normalmente não precisam levar seus filhos para reuniões.

Comunicação e educação

- Dificuldade de participar dos espaços decisórios, visto que muitas mulheres PIPCT não têm fluência na língua portuguesa. Há tanto o desafio de compreender as informações e comunicar suas percepções sobre o projeto, quanto o desafio de compreender o processo de elaboração e implementação dos projetos, pois não foram formadas para isso.
- Falta de previsão de recursos para participação das mulheres em formações sobre gestão administrativa e financeira.

Logística

- Dificuldade para promover a participação e o engajamento das mulheres por meio de reuniões e projetos, considerando as grandes distâncias entre as diferentes comunidades. Muitos projetos não preveem recursos para a mobilização, incluindo custos de combustível, alimentação e hospedagem.

Visibilidade

- Falta de visibilidade do trabalho realizado por mulheres na cadeia produtiva, considerando todo o processo e não só o resultado.

Quais são os desafios para a inserção das mulheres PIPCT na estratégia da Modalidade Comunidades?

O grande desafio é a comunicação, considerando tanto a chegada das informações sobre os editais abertos até as mulheres, quanto a absorção, o processamento e a compreensão do edital. Também é um grande desafio o deslocamento para debate das propostas entre mulheres de comunidades diferentes.

Como garantir a inclusão das mulheres PIPCT na elaboração das propostas de projeto a serem submetidas ao Projeto Floresta+ Amazônia na Modalidade Comunidades?

Promovendo meios para formação e capacitação das mulheres anteriores ao edital, garantindo meios para o compartilhamento das informações para as mulheres, e utilizando iniciativas prévias focadas no atendimento às mulheres, como editais para assistência técnica.

Como garantir a incorporação da visão e interesses das mulheres nos projetos a serem submetidos ao Projeto Floresta+ Amazônia na Modalidade Comunidades?

Garantindo a presença de um profissional dedicado ao trabalho com as crianças durante as atividades do projeto, para permitir que mulheres tenham voz e participação efetiva nas discussões, e considerando os melhores dias e horários para promover a participação das mulheres, como finais de semana à tarde, por exemplo.

A imagem a seguir apresenta a sistematização gráfica do grupo:

Considerações para refinamento



DESAFIOS

Dificuldade de comunicação em português	Falta de conhecimento sobre gestão financeira e administrativa para seus próprios projetos
Falta de recursos nos projetos para a mobilização que antecede a ação	Logística e grandes distâncias dificultam o acesso à informação e a participação
Deixar demandas domésticas e dos roçados para participar nas atividades dos projetos	Falta de estrutura para deixar as crianças enquanto mães participam das atividades dos projetos
Dificuldade de absorver, processar e repassar de forma didática as informações sobre os editais	
Falta de reconhecimento das práticas das mulheres quilombolas na conservação das florestas e águas e dar condição de participação	



Modalidade Comunidades



PROPOSTAS

Garantir recursos do projeto para mobilização e comunicação das mulheres de diferentes aldeias	Capacitação sobre comunicação em português para mulheres indígenas
Capacitação sobre gestão para mulheres	
Bolsa de participação ou algum tipo de apoio financeiro para mulheres e jovens	
Ter profissional de confiança para conduzir atividades com as crianças em paralelo com atividades das mulheres (Aproveitar experiências do MMA)	
Ter recursos nos projetos para garantir a participação das mulheres do início ao fim	
Dar visibilidade aos projetos de mulheres e criar selo de certificação nos projetos do MMA, do trabalho feito por mulheres	



COMUNICAÇÃO

Materials de comunicação com o passo-a-passo de como participar do projeto direcionado ao público específico	Melhores momentos para fazer atividades com mulheres indígenas e quilombolas: final de semana à tarde
Garantir recursos do projeto para os custos de logística e transporte , possibilitando que mulheres de diferentes aldeias se reúnam para discutir as propostas	
Ter as organizações de base como disseminadoras do projeto , dando suporte às comunidades na compreensão das informações	
Criar um aplicativo de celular para comunicar editais , tirar dúvidas e ajudar na preparação da comunidade para a criação do projeto	

Modalidade Inovação

Quais são os desafios para a inserção das mulheres em programas de inovação?

A barreira cultural relacionada ao *status quo* do papel da mulher na sociedade e a conciliação entre os diferentes papéis assumidos pelas mulheres; a baixa representatividade em posições de liderança na área tecnológica; a baixa inclusão de mulheres em atividades formativas de programação, tecnologia da informação e negócios; a inclusão digital de mulheres mais velhas.

Quanto às áreas temáticas da Modalidade Inovação, há alguma contribuição/sugestão para sua implementação?

- Estabelecendo requisitos nos editais da modalidade sobre o percentual de projetos que devem ser liderados por mulheres (30%, por exemplo), um percentual mínimo de mulheres nas iniciativas (pelo menos 70%, por exemplo), ou adotando cotas para mulheres.
- Definindo chamadas específicas para mulheres.
- Formando mulheres, considerando conhecimentos conceituais, humanos (soft skills) e técnicos, como o uso de ferramentas digitais (Whatsapp Business, por exemplo).

Como garantir a incorporação da perspectiva de gênero nos projetos a serem submetidos ao Projeto Floresta+ Amazônia na Modalidade Inovação?

- Desenhando soluções que respondam às necessidades de mulheres e meninas amazônidas.
- Incorporando no projeto tanto a perspectiva de quem desenvolve as soluções tecnológicas, quanto a perspectiva dos usuários das soluções.
- Solicitando que as iniciativas candidatas apresentem suas políticas de gênero, ou os critérios mínimos de incorporação da perspectiva de gênero em suas atividades.

Os planos de ação de gênero (GAP) são requerimentos para projetos apoiados pelo Fundo Verde para o Clima e implementados pelo PNUD. Esses planos buscam operacionalizar as restrições e oportunidades para mulheres e homens identificados durante a análise de gênero realizada na fase de elaboração da proposta de projeto para integrá-los totalmente na concepção do projeto. Que tipos de indicadores podem ajudar a medir o progresso sobre se as mulheres e uma perspectiva de gênero estão incluídas na modalidade inovação?

É importante que a identificação de indicadores relevantes seja feita com base em um mapeamento prévio para garantir que os indicadores escolhidos respondam às necessidades reais. A partir desse mapeamento, é necessário identificar os melhores métodos para medir e monitorar o desempenho e pensar nas ferramentas capazes de apoiar o monitoramento, como *Customer Relationship Management* (CRM) e Phoenix. Outro ponto significativo é pensar sob a perspectiva da quintupla hélice (governo, comunidade, instituições de ensino, indústria e usuários), considerando que a questão de gênero perpassa todos esses níveis.

Os indicadores sugeridos pelo grupo foram: percentual de participação de mulheres nas iniciativas, número de iniciativas que propõem soluções com impacto sobre a questão de gênero, número de iniciativas lideradas por mulheres.

A imagem a seguir apresenta a sistematização gráfica das discussões do grupo.

Considerações para refinamento



DESAFIOS

Predominância de homens no ecossistema de inovação	Conciliação dos vários papéis das mulheres: profissionais, mães, esposas, donas de casa...
Barreiras culturais - status quo do papel da mulher	
Dificuldade de comunicação das mulheres para apresentar seus projetos	Muitas empresas são criadas por mulheres, mas acabam sendo representadas por homens.

Plataforma de formação para inovação:

Plataforma Conecta Startup Brasil



Modalidade Inovação



PROPOSTAS

Escuta ativa para entender o que as mulheres almejam: compreender o contexto para criar estratégias de participação feminina	Formações voltadas para mulheres: - Programação - Negócios	Criar espaços para trocas de experiências intergeracionais entre mulheres
Mapeamento da inclusão de mulheres no empreendedorismo	Criação de cultura de inovação e empreendedorismo entre meninas	Criação de etapa de mobilização regional de mulheres empreendedoras
Capacitações em ferramentas digitais ex: Whatsapp business (possibilidade de tradução para inglês)		
Desenvolvimento de habilidades de comunicação e negociação	Incluir nos editais da modalidade: - Critérios para representatividade de gênero nas equipes; - Solicitar a apresentação de políticas de gênero da empresa; - Possibilidade de lançar chamadas específicas para mulheres.	



CRITÉRIOS
PLANOS DE AÇÃO

Pensar em indicadores que respondam a necessidades reais , como indicadores de competências, habilidades e atitudes	Pensar nas ferramentas que possam apoiar o monitoramento do progresso (ex. CRM, Phoenix).
Percentual de participação de mulheres nas iniciativas	
Número de iniciativas que propõem soluções com impacto sobre a questão de gênero	
Número de iniciativas lideradas por mulheres	
Garantir percentual mínimo de projetos liderados por mulheres	
Pontuar organizações que tenham políticas de gênero desenvolvidas	

2.7 Oficina 7 | Pagamentos por Serviços Ambientais



A sétima oficina de refinamento do MOP tratou dos pagamentos por serviços ambientais, a partir das experiências tanto de profissionais e especialistas de instituições parceiras federais e estaduais, quanto de especialistas e implementadores diretos de iniciativas relacionadas ao tema.

Entre as iniciativas representadas estavam: PSA Matopiba, PSA Rio Doce (Fundação Renova), Produtor de Águas (Agência Nacional de Águas - ANA) e PSA Bacia Ribeirão Lajeado.

O evento contou com a participação das seguintes representações: OSC/ONG; governo municipal, estadual e federal; setor privado (figura 8).

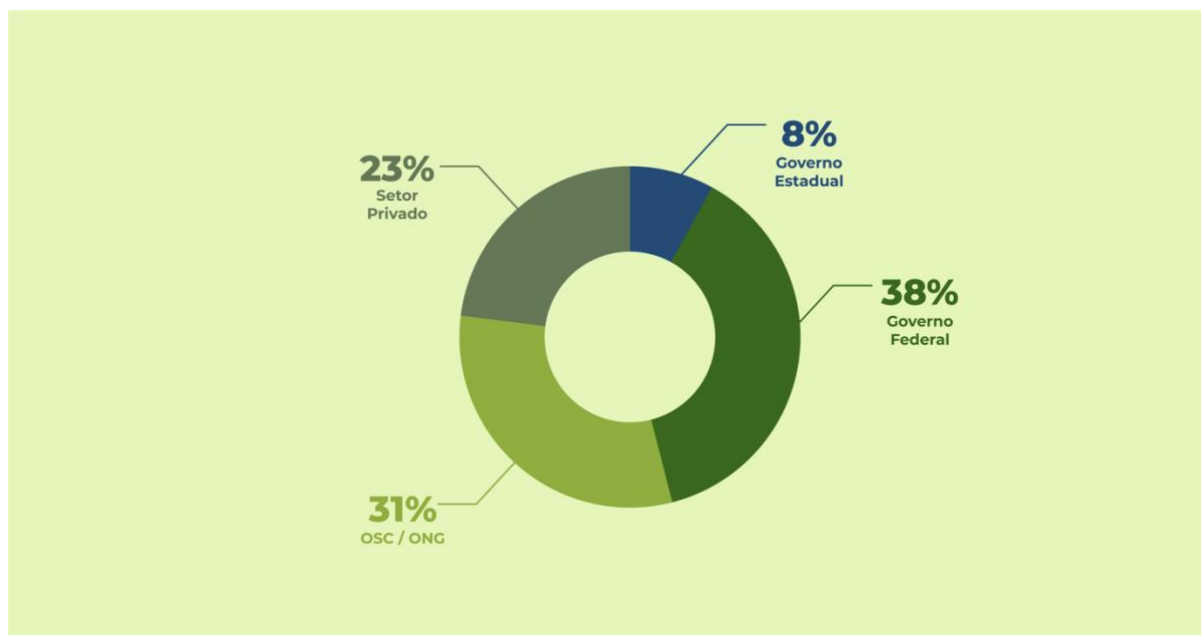


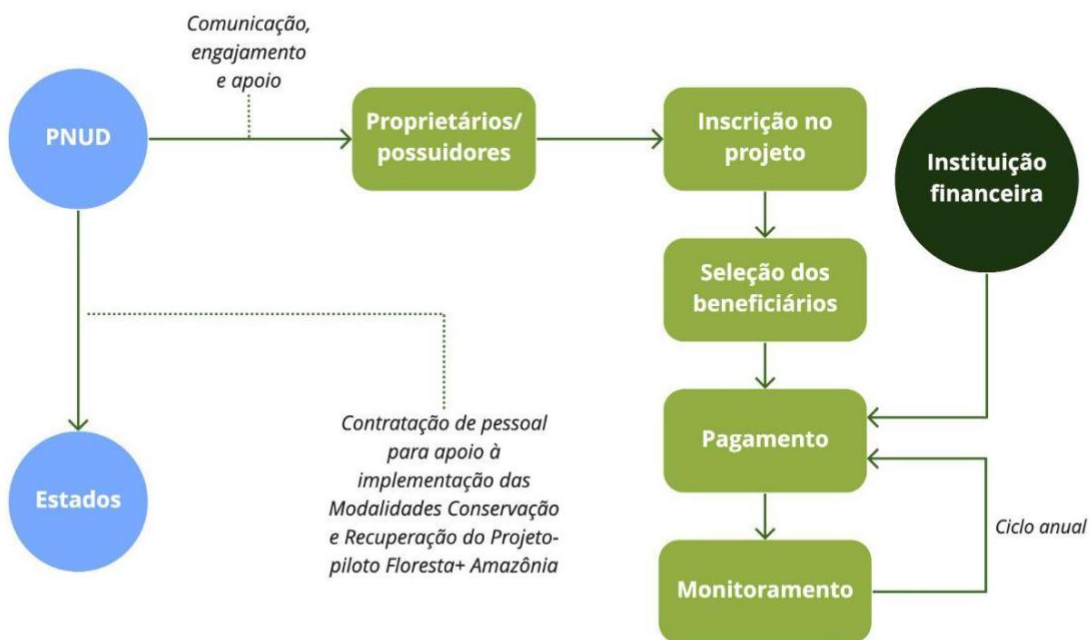
Figura 8: Gráfico indicando o percentual de participantes por público-alvo na oficina do tema transversal - Pagamento por Serviços Ambientais.

A tabela abaixo apresenta a programação da oficina:

<p>9:00 – 9:15</p>	<p>Boas vindas</p> <p>Clarisse Cruz – Coordenadora de Projetos Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais - MMA</p> <p>Apresentação dos objetivos da oficina e resultados esperados</p>
<p>9:15 – 10:00</p>	<p>O Projeto Floresta+ Amazônia</p> <p>Clarisse Cruz – Coordenadora de Projetos Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais - MMA</p> <p>Modalidades Floresta+ Conservação e Recuperação</p> <p>Susan Edda Seehusen – Coordenadora Projeto Floresta+ Amazônia - PNUD</p> <p>Discussão</p>
<p>10:00 – 11:20</p>	<p>Grupos de trabalho para o refinamento das Modalidades Conservação e Recuperação.</p>
<p>11:20 – 12:30</p>	<p>Plenária – Apresentação dos resultados e colaboração entre os grupos de trabalho</p> <p>Próximos passos e encerramento</p>

As apresentações iniciais trataram da estrutura geral do Projeto Floresta+ Amazônia e da lógica inicial de implementação das Modalidades Conservação e Recuperação. A sistematização gráfica das informações apresentadas pode ser visualizada no painel a seguir.

Lógica de implementação



\$

INCENTIVO FINANCEIRO

Características

É referente à área de cobertura vegetal nativa que **exceda os requisitos legais**

Condicional ao **cumprimento do Termo de Compromisso**

Transferência para conta pessoal do proprietário/possuidor

Itens levados em consideração para determinação do valor de referência

- Proporção** de área coberta por **vegetação nativa** com relação à **área já convertida** na propriedade
- Custo de oportunidade da terra** em áreas com uso alternativo
- Valores pagos por outros programas** de pagamento por serviços ambientais
- Determinação de **valor máximo por beneficiário**

Clique aqui para + informações

Apenas Modalidade Conservação

Durante a plenária inicial os participantes debateram questões relacionadas à precificação do incentivo, comparando com as outras iniciativas ali representadas, além de refletir sobre possibilidades de tornar o incentivo mais atrativo para o proprietário/possuidor com o oferecimento de ATER especializada para os beneficiários da Modalidade Recuperação, por exemplo. Além disso, os participantes refletiram sobre a grande fragmentação das áreas dos potenciais beneficiários, e em possibilidades para que a conservação e recuperação das áreas deem visibilidade e escala ao projeto.

A sistematização gráfica pode ser observada na imagem a seguir.

Principais assuntos debatidos



Pagamentos por Serviços Ambientais

Diagnóstico atual:



Referência citada:
Leilão Reverso



Potenciais beneficiários

178 MIL IMÓVEIS
2,9 milhões ha



130 MIL IMÓVEIS
240 mil ha

Beneficiários aptos para pagamento

286 IMÓVEIS
6 mil ha de área elegível

99 IMÓVEIS
258 ha de área elegível



Precificação diferenciada 50 preços

Pagamento via OSCIP Evita taxas bancárias

"Uma lição aprendida de Matopiba é que se não tomar cuidado fica mais caro o molho do que o peixe."



Considerar a atratividade para o produtor

Para valer a pena manter a floresta em pé e fazer recuperação

Oferecer uma boa Assistência Técnica Rural (ATER), ou pagamento de insumos, pode ser mais funcional para Modalidade Recuperação

Criação de unidade de acompanhamento local

Tem que ter muito recurso para criar uma

Possibilidade: fazer conexões com associações comunitárias em Reserva Extrativista (RESEX)



O projeto paga apenas o excedente de Reserva Legal

Na Amazônia até 80% é Reserva Legal. É necessário gerar renda com essa reserva

Grande área - Amazônia Legal X Área muito pequena para compensação

Restauração com pequeno proprietário/possuidor fica extremamente difícil sem pensar em conexão de fragmentos

Grandes passivos em unidades de conservação - recuperação nessas áreas pode dar escala para o projeto

As trocas de experiências e o levantamento de sugestões para o projeto foram guiados por perguntas, cujas respostas são apresentadas abaixo.

Sob a ótica operacional, quais foram os principais desafios enfrentados para a estruturação do projeto/programa com o qual você trabalha? Quais seriam suas sugestões para enfrentá-los?

Os principais desafios observados nas iniciativas de PSA foram:

Tecnologia: correlação de bancos de dados e automação de processos na plataforma utilizada para a verificação da elegibilidade dos beneficiários e *compliance*;

Precificação: consideração de atributos de cada propriedade diferente, ou uso do custo de oportunidade da terra (críticas e impacto em termos de engajamento em função da atividade econômica), necessidade de demonstração ao financiador do valor adotado, criação de modelos macro e microeconômico. O valor adotado pelo Floresta+ Amazônia pode gerar críticas, então é importante explicar como chegaram nesse incentivo.

Fragmentação de áreas: dificuldade logística e de monitoramento das áreas. Os custos de logística para as atividades são muito elevados. É necessário considerar recursos para apoio das instituições que realizarão estas atividades.

Engajamento dos produtores rurais: manutenção do serviço ao longo do tempo, desconfiança dos proprietários/possuidores. Uma sugestão para o Floresta+ Amazônia seria avaliar também a possibilidade de apoio ao produtor no processo produtivo para manutenção da área. Articulação com outras iniciativas e com produtores maiores podem auxiliar nos processos de comunicação e engajamento dos pequenos proprietários.

Prospecção de recursos: a lógica de PSA aplicada não é de fácil compreensão e convencimento para quem não trabalha na área.

Parcerias institucionais: arranjo com as prefeituras pode ser sensível, observando também a descontinuidade das gestões. Uma possibilidade encontrada é tratar a recuperação como foco e o PSA como consequência.

Capacitação: de técnicos e gestores municipais para o diálogo interinstitucional.

Impacto do projeto: considerando o recorte do tamanho dos imóveis rurais (4 módulos fiscais) e a quantidade de potenciais beneficiários, seria importante pensar em: (1) uma avaliação prévia do número de pessoas beneficiadas e as condições locais; (2) a realização de exercícios com áreas maiores; ações que considerem resultados integrados (serviços ecossistêmicos, unidade de paisagem).

Restauração: áreas abandonadas em decorrência da criação/consolidação de unidades de conservação podem ser uma oportunidade para a Modalidade Recuperação, já que são áreas grandes a serem recuperadas. Nesse caso, pode existir apoio a associações, como no caso de Reservas Extrativistas (RESEX).

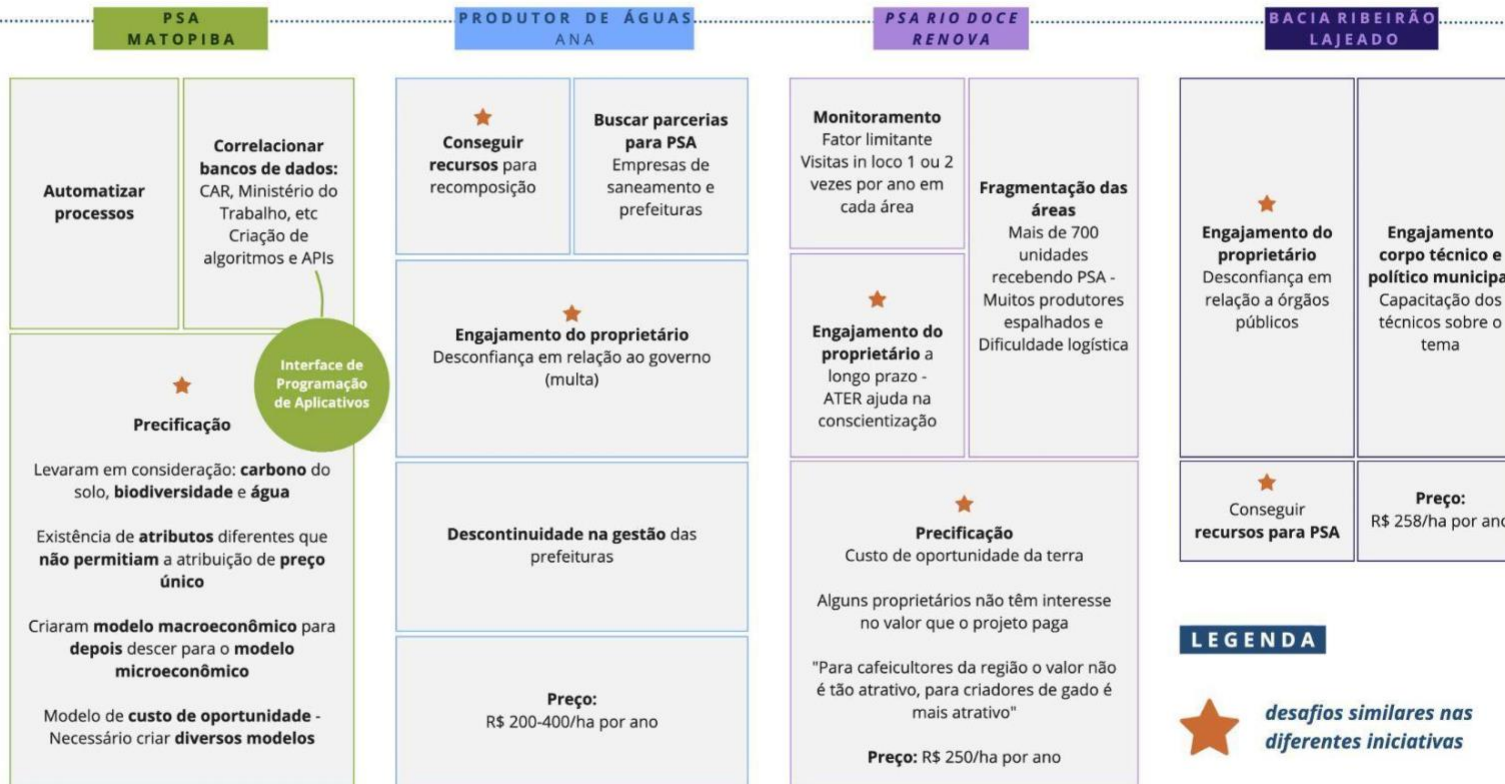
A sistematização gráfica dos desafios enfrentados pode ser vista na imagem a seguir.

Desafios enfrentados

Experiências de outras iniciativas



Pagamentos por Serviços Ambientais



LEGENDA

★ **desafios similares nas diferentes iniciativas**

Considerando a escala de até 4 módulos fiscais, quais, na sua percepção, seriam as opções mais custo-efetivas para o monitoramento da conformidade dos beneficiários com relação ao dever de conservar a cobertura de vegetação nativa no imóvel rural (ex. imagens de sensoriamento remoto, tecnologias e ferramentas)? Quais os desafios e possíveis soluções?

Planejamento do monitoramento

É necessário ter as áreas para o planejamento do monitoramento. A fragmentação ou dispersão das áreas no território deve ser considerada na metodologia, já que afetará o custo da solução de monitoramento.

Uma possibilidade para o Projeto Floresta+ Amazônia seria testar as estratégias definidas para o monitoramento em áreas menores, de modo a realizar uma avaliação prévia. A realização de testes também seria importante no caso da escolha de metodologias de monitoramento que possam ser escaláveis.

Para a metodologia de verificação seria relevante automatizar a gestão de imagens e banco de dados, além de prever checagens visuais.

Sistemas e dados para monitoramento

A área mínima de 0,5ha definida pelo projeto e a forma do fragmento podem ocasionar desafios, já que os fragmentos estreitos são mais complexos de serem monitorados.

Os sistemas atualmente utilizados – como o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES), o DETER e o Mapbiomas – podem ser utilizados em áreas maiores. Já nos casos mais complexos, como no monitoramento de fragmentos estreitos, esses sistemas podem contribuir como “sinalizadores” de eventuais alterações. Seria necessário complementar a coleta de dados com um sistema de refinamento (1 vez ao ano, por exemplo) com imagens de alta resolução (satélites Planet ou CBERS) e com boa frequência.

O uso de Landsat não é aconselhado para áreas muito pequenas. Nesses casos, o Sentinel deve gerar resultados melhores, o que pode ser útil para Amazônia e Cerrado.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) está preparando informações e séries históricas, utilizando o Sentinel, que ficarão disponíveis para consulta e uso.

São possibilidades para o projeto:

- Brasil Data Cube: projeto desenvolvido pelo INPE com o objetivo de criar cubos de dados multidimensionais prontos para análise, a partir de imagens de média resolução espacial de satélites para todo o território brasileiro, além de gerar informações de uso e cobertura do solo.
- Programa Brasil+: metodologia em uso pela Polícia Federal, que permite o uso de imagens de resolução de 3 metros. A metodologia tem se mostrado eficiente no monitoramento de pequenas áreas, inclusive em Áreas de Preservação Permanente (APP).

Mosaicos mensais da Planet: disponibilizados sem custo.

Uma área mínima de 0,5ha e 1ha por propriedade é pouco em termos ecológicos e de custos de transação do monitoramento. O monitoramento por satélite é barato, flexível e frequente.

Monitoramento e avaliação de resultado

O monitoramento do cumprimento dos requisitos do projeto deve ser diferente do monitoramento/avaliação dos resultados do projeto. Para a avaliação dos resultados, podem ser comparadas as áreas que aderiram ao projeto àquelas áreas não contempladas. Essa comparação pode ser feita por extratos, similaridade e características.

Considerando a escala de abrangência do projeto (Amazônia Legal) e o tamanho médio de área a recuperar (2ha/prop), quais seriam os principais desafios com relação ao monitoramento da modalidade de recuperação da vegetação nativa? Quais as alternativas para superá-los?

Além das ponderações sobre a Modalidade Conservação, que também são válidas nesse caso, a Modalidade Recuperação traz uma complexidade adicional, por ser um processo contínuo e não haver um sistema de mapeamento contínuo espacialmente explícito de restauração. A avaliação da resolução da imagem depende do fragmento de análise. Por isso, seria importante ter um sistema de refinamento de detecção do polígono e em

paralelo avaliar as séries temporais disponíveis para orientar o refinamento e interpretação visual. A validação por imagens de alta resolução pode substituir a verdade terrestre.

Monitoramento remoto vs. monitoramento em campo

É necessário ter estratificações distintas para cada modalidade e propósito do monitoramento.

O monitoramento remoto de áreas pequenas pode não ser viável, pois não há como verificar alguns indicadores importantes para o sucesso do projeto. A escolha entre monitoramento remoto ou em campo dependerá do indicador definido, pois alguns podem ser avaliados remotamente e outros somente em campo.

Uma opção seria a existência de dois grupos, o primeiro contemplando imóveis com áreas contínuas e o segundo de imóveis esparsos. A existência de imóveis mais próximos (áreas contínuas) deve criar maior efetividade do monitoramento, já que o trabalho em uma bacia ou região específica deve gerar melhores resultados e impactos maiores do projeto.

O automonitoramento, aquele feito com informações obtidas pelo beneficiário, também é uma possibilidade. Em termos de custos, esta opção é muito viável, contudo, deve-se ter uma metodologia que defina o local (coordenada) do registro e todos os critérios estabelecidos para a coleta dos dados.

Metodologia e indicadores

O monitoramento pode ser feito através de uma metodologia padrão do projeto ou por meio das metodologias estabelecidas pelos estados, contudo, nem todos os estados possuem metodologias estabelecidas. Caso não haja, será necessário acordar com os estados o uso de uma metodologia determinada pelo projeto.

Os indicadores devem ser premissas para o projeto, sendo definidos antes do início do monitoramento.

Comentários adicionais

O valor proposto para a modalidade recuperação (R\$150/ha por ano) é pouco para realizar a recuperação das áreas, considerando que é necessário ter apoio de assistência técnica e insumos. Uma possibilidade para o Floresta+ Amazônia seria a realização de parcerias com outros projetos para

o apoio ao beneficiário na recuperação, já que as assistências técnicas municipais e estaduais podem não ser suficientes.

As imagens a seguir apresentam a sistematização gráfica das discussões relacionadas ao monitoramento de conservação e recuperação.

Monitoramento

Experiências de outras iniciativas

PSA
MATOPIBA

PROGRAMA
BRASIL+

PSA RIO DOCE
RENOVA

BACIA RIBEIRÃO
LAJEADO



<p>Landsat</p>	<p>Testaram modelo de drone acoplado à plataforma, mas algumas áreas não tinham sinal de internet</p>
-----------------------	---

<p>Metodologia operacional em uso pela Polícia Federal e Ministério da Justiça</p>	<p>Fazem monitoramento da exploração madeireira na Amazônia Áreas de até 0,3ha Imagens de resolução detalhada</p>
---	---

Sugestão:
Fazer adesão desse recurso ao Floresta+

<p>Dois tipos de monitoramento</p> <p>Monitoramento ecológico</p> <p>Monitoramento de qualidade (Base para pagar PSA)</p>	<p>Monitoramento de qualidade: Combinação monitoramento remoto e in loco</p>
--	---

Satélite para monitoramento de 9 mil propriedades

Resolução 30 a 50cm (**geoeye e worldview3**)

Variáveis sinalizadoras: proteção florestal, fogo e qualidade da restauração florestal

<p>Parcerias com universidades para criar banco de dados e histórico (ArcGis)</p>	<p>Visitas de monitoramento 1 vez por semestre</p>
---	---

<p>Voos de drone Fotos do antes, durante e depois de cada área</p>	<p>Criação de estação hidrometeorológica Acompanhamento da captação e qualidade da água</p>
---	--

Monitoramento

Sugestões para o projeto



Pagamentos por Serviços Ambientais

INPE



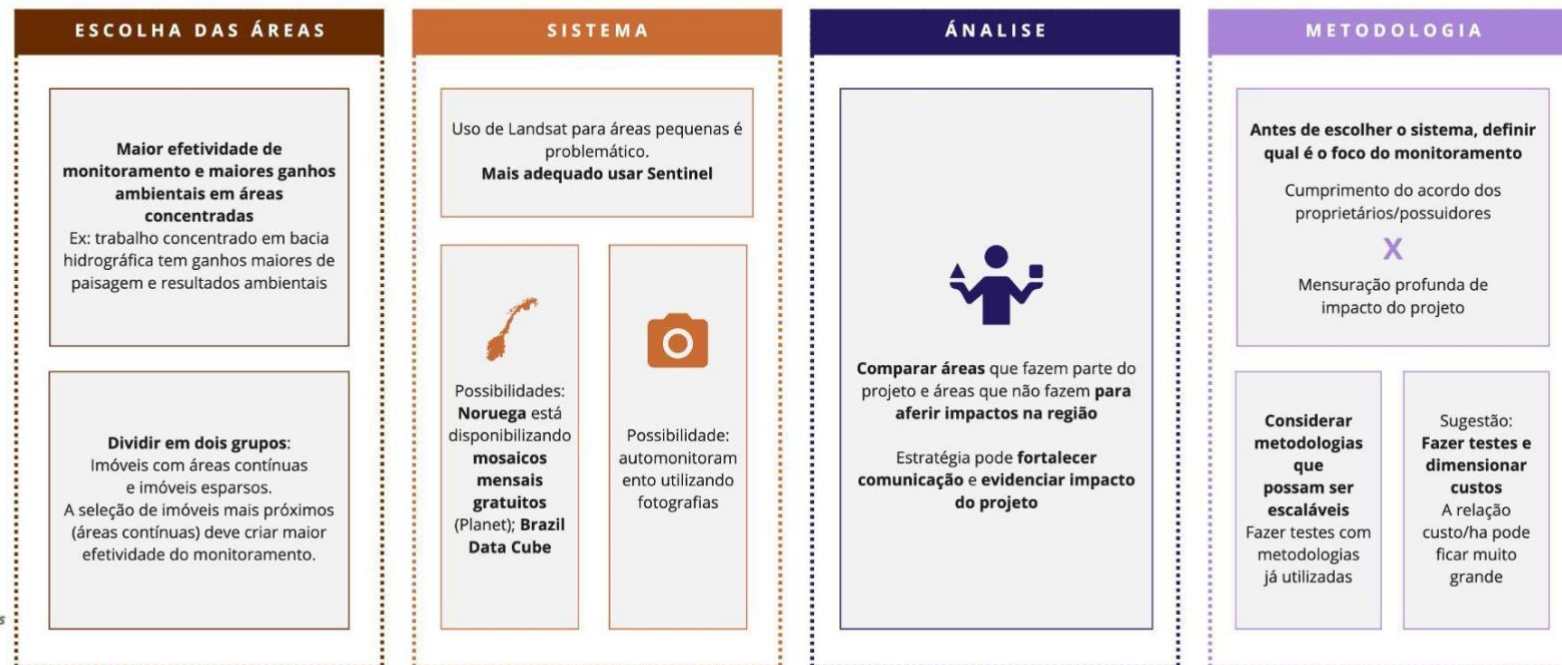
Monitoramento

Sugestões para o projeto

SUGESTÕES GERAIS



Pagamentos por
Serviços Ambientais



O projeto/programa no qual você trabalha possui um sistema ou plataforma para realizar e gerenciar as tarefas relativas à inscrição, à seleção, ao relacionamento e ao monitoramento do esquema de PSA? Quais as suas recomendações? Como ela foi desenvolvida?

PSA Rio Doce (Fundação Renova)

A iniciativa utiliza mobilizadores para o engajamento com os proprietários e apoio com a inscrição nos editais abertos. É utilizado o aplicativo *ArcGIS Collector* com perguntas de validação. Com esse aplicativo é possível obter dados geoespaciais, definindo o polígono. Os registros abastecem a base de dados da Fundação Renova. Assim, o aplicativo é utilizado para confirmação da implementação do projeto cadastrado pelo beneficiário, já que este pode, por exemplo, enviar fotos dos cercamentos feitos.

PSA Matopiba

A iniciativa possui uma robusta plataforma, desenvolvida pela Techsocial, que pode estar disponível para o Floresta+ Amazônia após algumas adaptações para o projeto e anuência do financiador.

Sem a plataforma não seria possível aplicar as metodologias utilizadas no PSA Matopiba (Cube Farm Tools) para implementar o projeto de forma tão ágil, em apenas sete meses. Além da integração⁴ com diversos bancos de dados, a plataforma também concentra os pagamentos aos beneficiários – por meio de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para evitar tributação bancária – e possibilita acesso a Microcrédito. A plataforma também possui um aplicativo *offline* para superar as dificuldades de conexão em regiões com pouco acesso à internet. A iniciativa estuda adaptar a plataforma para estequiometria de solo.

A imagem a seguir apresenta a sistematização gráfica das experiências e sugestões relativas ao uso de plataformas.

⁴ Integrações via Interface de Programação de Aplicação (API)

Plataforma

Experiências e sugestões

Disponível para o Floresta+



Pagamentos por Serviços Ambientais

Interface de Programação de Aplicativos

PSA MATOPIBA

Plataforma desenvolvida pela Techsocial especificamente para o projeto

Plataforma concentra:
Levantamento e cruzamento de dados
Gestão de acesso a microcrédito
Comunicação com beneficiário

Usabilidade simples
Login e senha

Plataforma tem **aplicativo offline**

Proprietário acessa a plataforma e **confere seus dados**. Lá ele pode alterar polígono, se considerar que está errado

Lei de Proteção de Dados
cada produtor só visualiza seus próprios dados

Metodologia

Cube Farm Tools
Cruza informações de biodiversidade e água
API na plataforma para a metodologia

Dados do proprietário
+
Dados da propriedade
+
Dados CAR
+
Cruzamento com banco de dados correlacionados

PSA RIO DOCE RENOVA



Aplicativo ArcGIS Collector

Valida a proposta do proprietário
Perguntas para validação: polígono, pontos de referência

Sobe dados diretamente para a nuvem



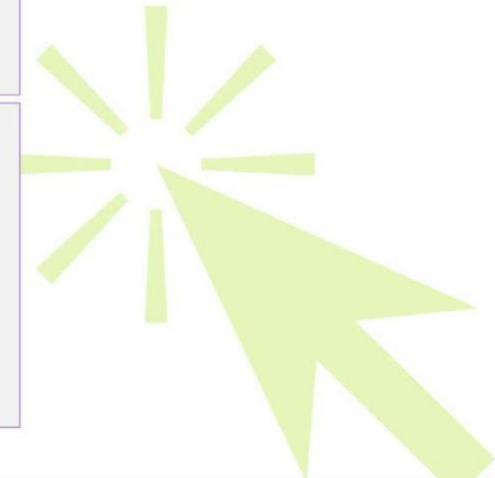
Contratação de **mobilizadores locais para comunicação com produtores**

O aplicativo é imbatível para o projeto, mas é difícil para o uso do proprietário

SUGESTÕES PARA FLORESTA+



Avaliar plataformas já disponíveis no mercado para não criar uma nova sem necessidade



Quais outros critérios de elegibilidade e seus meios de verificação podem contribuir para melhor adequação à realidade local?

Os critérios de elegibilidade e priorização são bons o suficiente. Alguns dos critérios utilizados por outras iniciativas são:

- Trabalho escravo e infantil (Meio de verificação da Renova: autodeclaração; Meio de verificação PSA Matopiba: banco de dados do Ministério Público integrado à plataforma);
- Critérios fiscais e trabalhistas (Meio de verificação PSA Matopiba: bancos de dados públicos integrados à plataforma);
- Pedológico (produção agrícola que aumenta o carbono do solo) (PSA Matopiba).
- Relação com a terra – a questão fundiária é um desafio, já que pode ser difícil conseguir o registro de terras na Amazônia. Avaliar dentro dos limites legais o quanto pode ser simplificado esse processo. No caso da Renova, por exemplo, não é solicitada a averbação em cartório, mas algum documento de relação com a terra (documentos de sindicatos ou associações, por exemplo) com registro em cartório, mas não há meio de verificação.
- A verificação na iniciativa PSA Matopiba não dependia apenas da tecnologia, mas também da análise humana para a categorização e gestão das informações relevantes que a plataforma recebia. Eles faziam o upload dos dados e analisavam os documentos). Todo documento que o cidadão informar, eles devem checar.

A imagem a seguir apresenta a sistematização gráfica dos critérios utilizados nas iniciativas e também daqueles sugeridos para o Floresta+ Amazônia.

Critérios

Experiências e sugestões



Pagamentos por Serviços Ambientais

PSA MATOPIBA

Critério para reduzir dispersão
Pedológico - produção agrícola que aumentava o carbono do solo

Traçar perfil do produtor
Entender quais são as informações necessárias

Buscar bases de dados
Todas as informações têm que ser de base pública
Dado não precisa ser checado

Ligar bases de dados à plataforma
Gestão da informação: percepção do que é ou não relevante - crivo da gestão do projeto

Dados fiscais, trabalhistas, societários etc.

Quanto + bases na plataforma, + fácil para a gestão do projeto

PSA RIO DOCE RENOVA

Critério para reduzir dispersão
Áreas de alta favorabilidade para restauração florestal

Solicitam documento de relação com a terra
Associações ou sindicatos podem atestar a posse da terra

Documento é colocado pelo beneficiário
Precisa de checagem

Análise trabalho escravo e infantil
Declaração

Mecanismo para evitar conflitos por inscrição de meeiros

SUGESTÕES PARA FLORESTA+

A partir do **segundo ano de implementação**: fazer rearranjos para priorizar áreas especiais

Zonas de amortecimento, preservação da biodiversidade

Matriz de risco:
Primeiro ano com maiores riscos por fatores externos

Tendência de diminuição após esse período

Definir os indicadores de recuperação e conservação **antes do início do monitoramento** - Nem todos os estados da Amazônia Legal possuem indicadores referentes ao cumprimento dos Termos de Compromisso de Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas (PRADAs)

3. INTERRELAÇÕES ENTRE AS OFICINAS

Alguns temas foram repetidos e aprofundados ao longo das sete oficinas de refinamento do MOP. Eles foram abordados a partir da perspectiva dos diferentes públicos relacionados ao Projeto Floresta+ Amazônia. As próximas páginas apresentam um compilado dos principais pontos levantados sobre cinco temas transversais: comunicação, gênero, engajamento, monitoramento e treinamento.

3.1 Comunicação

A comunicação foi abordada tanto do ponto de vista estratégico, como operacional durante as oficinas. Os participantes, especialmente aqueles ligados às Modalidades Conservação, Recuperação e Comunidades, expressaram a necessidade latente do desenho de um plano de comunicação que contemple a realidade e a necessidade de cada contexto, considerando a linguagem e o formato dos materiais, mas também os canais utilizados para acessar seus respectivos públicos-alvo.

No caso de proprietários/possuidores de pequenas propriedades rurais e de Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais, fica evidente a eficácia reduzida de uma comunicação por e-mail ou *website*. Nesses casos, uma abordagem mais pessoal, em que o beneficiário possa tirar suas dúvidas e criar uma relação de confiança parece ser uma boa estratégia. Essa abordagem pode se dar por meio da contratação de equipe dedicada, mas também pode acontecer por meio de parcerias com instituições e iniciativas que já fazem parte do cotidiano dos beneficiários. As instituições citadas pelos participantes foram:

Modalidade	Instituição citada
Conservação e Recuperação	Emater Sindicatos Cooperativas Igrejas Associações comunitárias

Comunidades	<p>COIAB</p> <p>UMIAB</p> <p>FUNAI</p> <p>Bancos</p> <p>SEMAs</p> <p>ICMBio</p> <p>Organizações de base</p> <p>Igrejas</p> <p>Associações comunitárias</p>
-------------	--

Os participantes das oficinas entendem que a realização de campanhas de divulgação e conscientização, como aquelas realizadas no início do CAR, pode ser uma boa maneira de comunicar o sobre o Projeto Floresta+ Amazônia.

Além disso, foram recomendados os seguintes produtos de comunicação:

- Boletins informativos periódicos com textos curtos, de até 2 páginas, e linguagem culturalmente adequada;
- Vídeos curtos com animações;
- Tutoriais sobre a implementação das modalidades e os editais em forma de perguntas e respostas;
- Entrevistas com os representantes do projeto;
- Panfletos e cartazes;
- Mutirões de inscrições e sessões de esclarecimento de dúvidas.

Os principais meios recomendados são:

- Rádios locais e rádio amador;
- WhatsApp;
- Televisão aberta;
- Murais das prefeituras, casas lotéricas e instituições bancárias;
- Video wall nas SEMAs;
- Aplicativo *offline* para divulgação dos editais tirar dúvidas e ajudar na preparação da comunidade para a elaboração do projeto.

Outros pontos de atenção sobre a comunicação do projeto são:

- É necessário levar informação qualificada para os agricultores sobre PSA, e para PIPCT sobre a lógica de implementação da Modalidade Comunidades. A comunicação precisa ser transparente, cuidando para não gerar expectativas demasiadas que não serão atendidas.
- A comunicação do Floresta+ Amazônia deve ser pensada de modo a envolver não só as lideranças comunitárias ou os homens proprietários/possuidores de imóveis rurais. É extremamente importante ter estratégias específicas para mulheres e jovens considerando, por exemplo, a necessidade de as atividades contemplarem também as crianças que estarão presentes, para que as mães possam estar engajadas no projeto, e os melhores dias e horários para esse público (finais de semana à tarde),
- Especialmente no caso de PIPCT, observa-se uma grande necessidade de infraestrutura de comunicação nos territórios coletivos para que os potenciais beneficiários estejam bem-informados sobre o projeto.

3.2 Gênero

Além da oficina de mulheres, em que a temática de gênero era central, a questão surgiu principalmente nas oficinas destinadas às Modalidades Comunidades e Inovação. Nessas ocasiões, foram citados grandes desafios relacionados à gênero nos contextos de cada modalidade, como:

- Dificuldade de participação das mulheres nas atividades dos projetos devido à intensa rotina vinculada ao trabalho doméstico e ao trabalho rural;
- Meio rural patriarcal com chefes de família majoritariamente homens;
- Predominância de homens no ecossistema de inovação;
- Dificuldades relacionadas à comunicação das mulheres, tanto para compreender a linguagem técnica dos projetos, quanto para defender suas posições e para apresentar seus próprios projetos.

Observa-se que estas são algumas das barreiras que os projetos socioambientais precisam transpor para assegurar uma participação efetiva das mulheres durante todo o seu ciclo de vida.

Foi evidenciada, também, a necessidade de fortalecer o protagonismo das mulheres na retomada econômica pós-pandemia. Para isso é importante visibilizar o trabalho realizado pelas mulheres.

3.3 Engajamento

O engajamento de tantas partes interessadas e de tantos públicos distintos surge como um desafio para o projeto Floresta+ Amazônia, principalmente considerando a desconfiança inicial por parte dos proprietários/possuidores de imóveis rurais às iniciativas governamentais, sendo comum a associação imediata às políticas de comando e controle.

Para isso, foi levantada a possibilidade de mapear as motivações individuais de mudança de mentalidade dos beneficiários para criar estratégias de engajamento, como forma de dar maior sustentabilidade às ações do projeto. Considerando o engajamento dos proprietários/possuidores no longo prazo, as experiências apresentadas mostram que disponibilizar uma ATER preparada ajuda na conscientização dos produtores.

No Projeto como um todo, mas especialmente no caso da Modalidade Comunidades, fica evidente a importância da articulação e do trabalho em rede, buscando sinergias com outros projetos do governo e da sociedade civil, bem como com organizações de base. Esse ponto se mostra relevante tanto para o aprendizado com iniciativas anteriores, como o Programa REM no Mato Grosso e do Acre, mas principalmente para capilarizar as ações de comunicação e engajamento.

Essa capilaridade é importante para manter a rede de beneficiários bem informada e ativa durante toda a implementação do Floresta+ Amazônia, exigindo não só contato virtual ou pequenas reuniões, mas encontros amplos para debate de propostas entre toda a comunidade. Para isso, é necessário garantir recursos do projeto para os custos de logística e transporte, viabilizando esses espaços de troca e discussão tão importantes para os trabalhos realizados com PIPCT.

3.4 Monitoramento

O monitoramento de diversas áreas de conservação e recuperação, em uma região tão ampla quanto a Amazônia Legal, é um grande desafio do projeto, considerando sua complexidade em termos de tecnologia, metodologia e custo. De maneira geral, uma preocupação explicitada por diversos participantes é de que a estrutura de monitoramento não tenha um custo tão alto que acabe afetando o principal foco do projeto, que é o PSA.

Durante as oficinas foram citadas algumas possibilidades de ferramentas e bancos de dados, alguns deles sem custo, que podem ser usados pelo Floresta+ Amazônia, como:

- AgroTagVeg, para monitoramento de recomposição vegetal;
- Programa Brasil+, que faz monitoramento da exploração madeireira na Amazônia, em áreas de até 0,3ha com imagens de resolução detalhada;
- Planet, CBERS;
- Parcerias com universidades para criar banco de dados e histórico (ArcGIS);
- Mosaicos mensais gratuitos (Planet) disponibilizados pela Noruega.

O tema de monitoramento também surgiu na Modalidade Comunidades, especificamente na oficina destinada aos Povos Indígenas. Neste contexto, foi sugerida a inclusão de atividades relacionadas ao monitoramento da situação da água e da recuperação de nascentes e olhos d'água, bem como o monitoramento contra a invasão e o roubo de madeira em territórios tradicionais e a formação dos indígenas para a utilização de drones e outras tecnologias para vigilância e proteção territorial como ações a serem financiadas no âmbito dos projetos locais.

Na Modalidade Inovação o tema foi abordado durante a sugestão de inclusão de uma área temática relacionada ao desenvolvimento de processos para melhoramento de monitoramento de projetos e programas de PSA.

3.5 Treinamento

O treinamento apareceu como questão central em muitas das discussões das oficinas, principalmente como solução a alguns dos principais gargalos evidenciados pelos participantes. Serão listados abaixo os treinamentos sugeridos pelos participantes para cada uma das modalidades do projeto:

Modalidade	Treinamento
Conservação e Recuperação	<ul style="list-style-type: none">• Atualização do CAR para mulheres
Comunidades	<ul style="list-style-type: none">• Gestão administrativa e de projetos, com inclusão de mulheres• Informática• Utilização de drones e análise de imagens de satélite para vigilância territorial (solicitação específica de PI)• Formações de agente ambiental e florestal para a juventude• Intercâmbios para trocas de experiências
Inovação	<ul style="list-style-type: none">• Negociação• Programação• Tecnologia da informação para jovens amazônidas• Comunicação para negócios• Ferramentas digitais, como WhatsApp Business

Existe, de maneira geral, uma demanda por treinamentos voltados às habilidades comunicacionais e de gestão para a criação e expansão de negócios, bem como para fortalecimento das capacidades institucionais para organizações de base e dos comunitários. Alguns dos treinamentos levantados são específicos para mulheres e jovens, com a finalidade de ampliar sua inserção e sua atuação em projetos de gestão ambiental e territorial. Como demanda específica, há uma grande necessidade por treinamentos relacionados ao CAR, considerando a importância que esse cadastro tem para a inserção dos produtores em uma série de políticas públicas.

ANEXOS

Anexo 1: Listas de convidados e participantes da oficina 1

Convidados – Modalidades Conservação e Recuperação

Nº	Nome Instituição	Público-alvo	Gênero
1	Federação dos trabalhadores rurais do Acre - FETACRE	Organizações ou representantes de pequenos agricultores	Homem
2	Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA - Acre	Governo estadual	Homem
3	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado Amazonas – FETAGRI	Organizações ou representantes de pequenos agricultores	Mulher
4	Federação da Agricultura e Pecuária - FAEA	Organizações ou representantes de pequenos agricultores	Homem
5	Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA - Amazonas	Governo estadual	Homem
6	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM	Governo estadual	Mulher
7	Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA - Amapá	Governo estadual	Homem
8	Federação de agricultura e pecuária do Amapá - FAEAP	Organizações ou representantes de pequenos agricultores	Homem
9	Cooperativa de Macapá (Coop. Trab. Profis. Assist. Tec. Adm. Urbana e Rural do Amapá)	Organizações ou representantes de pequenos agricultores	Homem
10	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural - SDR / Secretaria Estadual de Agricultura - Amapá	Governo estadual	Homem
11	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP)	Governo estadual	Homem
12	Divisão de Desenvolvimento Rural - DDR/SFA-AP Superintendência estadual do AMAPÁ (SFA)	Governo estadual	Homem
13	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Amapá - FETTAGRAP	Organizações ou representantes de pequenos agricultores	Homem
14	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)	Organizações ou representantes de pequenos agricultores	Homem
15	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão - FETAEMA	Organizações ou representantes de pequenos agricultores	Mulher
16	Secretaria de Estado de Agricultura Familiar SAF - MA	Governo estadual	Mulher
17	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA - Maranhão	Governo estadual	Homem
18	Secretaria de Gestão Ambiental - GSAGA / SEMA	Governo estadual	Mulher

19	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Mato Grosso - FETAGRI-MT	Organizações ou representantes de pequenos agricultores	Homem
20	Instituto Centro Vida - ICV	OSC/ONG	Mulher
21	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - FATAET	Organizações ou representantes de pequenos agricultores	Mulher
22	Secretaria de Meio Ambiente de Sustentabilidade - SEMAS - Pará (DIGEO)	Governo estadual	Mulher
23	Secretaria de Meio Ambiente de Sustentabilidade - SEMAS - Pará (DIGEO)	Governo estadual	Homem
24	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará	Organizações ou representantes de pequenos agricultores	Mulher
27	Federação Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Pará - FETRAF	Organizações ou representantes de pequenos agricultores	Homem
28	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia - FETAGRO	Organizações ou representantes de pequenos agricultores	Mulher
29	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO	Governo estadual	Homem
30	Associado ECOPORÉ	OSC/ONG	Homem
31	Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - FEMARH	Governo estadual	Homem
32	Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar de Roraima - FETRAFRR	Organizações ou representantes de pequenos agricultores	Mulher
33	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e abastecimento- SEAPA	Governo estadual	Mulher
35	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - FETAET	Organizações ou representantes de pequenos agricultores	Mulher
36	Fundação Amazônia Sustentável (FAS)	OSC/ONG	Homem

Participantes - Modalidades Conservação e Recuperação

Nº	Função	Organização	Público-alvo	Gênero
1	Assistente do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
2	Analista II da Gerência do CAR	SEMARH - TO	Governo estadual	Homem
3	Secretário de Meio Ambiente	FETAET - MA	Organizações ou representantes de pequenos agricultores	Homem
4	Secretaria da Amazonia e dos Serviços Ambientais	MMA	Equipe projeto	Homem

5	Assessora técnica para salvaguardas Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
6	Secretário Executivo	GCF	Agência de cooperação técnica	Homem
7	Analista Técnico Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Homem
8	Coordenadora de Projetos	MMA	Equipe projeto	Mulher
9	Assessora Técnica da Coordenação de Sustentabilidade	CNA	Organizações ou representantes de pequenos agricultores	Mulher
10	Coordenação Técnico	Escritório Técnico de Gestão do CAR e PRA-AC - SEMA	Governo estadual	Homem
11	Analista de Meio Ambiente	SEMA - MT	Governo estadual	Mulher
12	Pesquisadora	IDESAM	OSC/ONG	Mulher
13	Chefe da Divisão de Metodologia e Pesquisa - DIMEP/DATER	SEAPA-RR	Governo estadual	Homem
14	Assessora técnica do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
15	Chefe do Departamento de Regulação do IMC e Presidente do Comitê Regional para Parcerias com Povos Indígenas e Outras Populações Tradicionais (GCF)	IMC / GCF	Associações, grupos ou representantes de Povos Indígenas	Mulher
16	Analista de Relações Institucionais	Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)	Outros	Homem
17	Analista Ambiental/ Coordenadora Geral Substituta de Gestão do CAR	MMA	Equipe projeto	Mulher
18	Analista de Comunicação Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Homem
19	Representante do Conselho Nacional das Populações Extrativistas	CNS	Associações, grupos ou representantes de Povos e comunidades tradicionais	Homem
20	Gerente para Políticas Públicas e Relações Governamentais	The Nature Conservancy - TNC	OSC/ONG	Mulher
21	Assessor Técnico	SEMA - AM	Governo estadual	Homem
22	Analista de Meio Ambiente	SEMA-MT	Governo estadual	Homem
23	Indigenista Especializada	FUNAI	Governo federal	Mulher
24	Associado ECOPORÉ	ECOPORÉ	OSC/ONG	Homem

25	Assessor técnico do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Homem
26	Analista Técnico e Econômico	Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)	Organizações ou representantes de pequenos Agricultores	Homem
27	Coordenador-Geral de Extrativismo	MAPA	Governo federal	Homem
28	Analista Ambiental	SEMARH-TO	Governo estadual	Mulher
29	Representante-Residente Assistente e coordenadora da área Programática	PNUD	Equipe projeto	Mulher
30	Coordenador-Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Governo federal	Homem
31	Analista Ambiental	MMA	Equipe projeto	Mulher
32	Assessor	MAPA	Governo federal	Homem
33	Coordenadora	Instituto Centro de Vida - ICV	OSC/ONG	Mulher
34	Analista técnico Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Homem
35	Secretaria Executiva	Observatório do Código Florestal	Redes, fóruns e colegiados	Mulher
36	Líder da estratégia de restauração florestal	The Nature Conservancy - TNC	OSC/ONG	Homem
37	Assessora técnica regional	PNUD	Equipe projeto	Mulher
38	Coordenadora do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
39	Analista de Inovação	SEBRAE	Setor privado	Homem
40	Analista Técnica	SEBRAE	Setor privado	Mulher
41	Superintendente de Inovação e Desenvolvimento Institucional	Fundação Amazônia Sustentável	OSC/ONG	Homem
42	Coordenadora do Programa de Mudanças Climáticas	IDESAM	OSC/ONG	Mulher
43	Analista de projetos	PNUD	Equipe projeto	Mulher
44	Analista Ambiental - Engenheiro Agrônomo	FEMARH-RR	Governo estadual	Homem
45	Gerente de Articulação e Adequação Ambiental Rural	SEMAS - PA	Governo estadual	Homem

Anexo 2: Listas de convidados e participantes da oficina 2

Convidados - Modalidade Inovação

Nº	Nome Instituição	Público-alvo	Gênero
1	OCB	Setor privado	Homem
2	Ação Ecológica Guaporé - ECOPORÉ	OSC/ONG	Mulher
3	Climate Ventures	Setor privado	Homem
4	Fundação CERTI - Jornada Amazonia – A VERDADEIRA SINERGIA ENTRE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA	Setor privado	Homem
5	Youth Climate Leaders - Hub Amazônia	OSC/ONG	Homem
6	Ministério da Economia - ESTRATÉGIA NACIONAL DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO – ENIMPACTO	Governo federal	Homem
7	WRI	OSC/ONG	Homem
8	WRI	OSC/ONG	Mulher
9	Universidade Federal do Amazonas/Instituto de Natureza e Cultura (INC/UFAM), Alto Solimões	Universidades, fundações, centros e grupos de pesquisa	Mulher
10	Rede de Inovação e Empreendedorismo da Amazônia (RAMI)	Redes, fóruns e colegiados	Mulher
11	Aliança para a Bioeconomia da Amazônia (ABIO)	Redes, fóruns e colegiados	Homem
12	Projeto BIOFIN - SEPEC Ministério da Economia	Governo federal	Homem
13	Projeto BIOFIN - SEPEC Ministério da Economia	Governo federal	Mulher
14	Diretor Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital – MCTI	Governo federal	Homem
15	Diretor do Departamento de Empreendedorismo Inovador – MCTI	Governo federal	Homem
16	Coordenador-Geral de Ciência para Bioeconomia do MCTI	Governo federal	Homem
17	Coordenador-Geral de Ciência para Biodiversidade	Governo federal	Homem
18	Instituto Conexões Sustentáveis	OSC/ONG	Mulher
19	IDESAM	OSC/ONG	Mulher

20	AMAZ - Aceleradora de Impacto (IDESAM)	OSC/ONG	Homem
21	Sebrae Nacional	Setor privado	Homem
22	Centro de Empreendedorismo da Amazônia	OSC/ONG	Homem
23	Imaflora - Selo Origens Brasil	OSC/ONG	Mulher
24	Fundação Amazônia Sustentável	OSC/ONG	Homem
25	Kaeté Investimentos	Setor privado	Homem
26	Ecofix Securities	Setor privado	Homem
27	Beraca	Setor privado	Homem
28	Pipe Lab	Setor privado	Mulher
29	Positive Ventures	Setor privado	Mulher
30	Sitawi	OSC/ONG	Homem
31	Din4mo	Setor privado	Homem
32	Umgrauemeio	Setor privado	Homem
33	BRFLOR	Setor privado	Homem
34	Biofílica	Setor privado	Homem
35	Fundo Vale	OSC/ONG	Mulher
36	Mirova	Setor privado	Homem
37	Vox Capital	Setor privado	Homem
38	Instituto Quintessa	Setor privado	Mulher
39	PCT Guamá	Setor privado	Homem
40	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - AM	Governo estadual	Mulher
41	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - AM	Governo estadual	Homem
42	Vice-Presidente SOFTEX	Setor privado	Homem

43	Presidente / ACATE	Setor privado	Homem
44	LIFT - Instituto Fenabac	Setor privado	Homem
45	CEO / CESAR	Setor privado	Homem
46	BNDES Garagem	Governo federal	Mulher
47	BNDES Garagem	Governo federal	Homem
48	ACATE	Setor privado	Homem

Participantes - Modalidade Inovação

Nº	Função	Organização	Público-Alvo	Gênero
1	Assistente do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
2	Secretaria da Amazonia e dos Serviços Ambientais	MMA	Equipe projeto	Homem
3	Assessora técnica para salvaguardas Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
4	Coordenadora de Projetos	MMA	Equipe projeto	Mulher
5	Representante	BNDES	Governo federal	Mulher
6	Analista de Comércio Exterior / Research and Policy Analyst	Ministério da Economia	Governo federal	Homem
7	Coordenador de Programas Territoriais	SITAWI	OSC/ONG	Homem
8	Consultor	Youth Climate Leaders (YCL)	OSC/ONG	Homem
9	Analista de Comunicação Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Homem
10	Consultor	UFAM	Universidades, fundações, centros e grupos de pesquisa	Homem
11	Coordenadora	PNUD	Equipe projeto	Mulher

12	Assessor técnico do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Homem
13	Finanças	Aggrego	Setor privado	Homem
14	Diretor de Economia Verde	Fundação CERTI	OSC/ONG	Homem
15	Representante-Residente Assistente e coordenadora da área Programática	PNUD	Equipe projeto	Mulher
16	Analista Ambiental	MMA	Equipe projeto	Mulher
17	Presidente	Rede Amazônia de Inovação e Empreendedorismo - RAMI	Redes, fóruns e colegiados	Mulher
18	Analista Técnico do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Homem
19	Chefe de Gabinete da Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais	MMA	Equipe projeto	Mulher
20	Eng. Agrônoma/tesoureira	ECOPOREÉ	OSC/ONG	Mulher
21	Diretor de Inovação	ACATE	Setor privado	Homem
22	Assessora técnica regional	PNUD	Equipe projeto	Mulher
23	Coordenadora do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
24	Consultora e Observadora	Instituto Acariquara	OSC/ONG	Mulher
25	Professora	Universidade Federal do Amazonas	Universidades, fundações, centros e grupos de pesquisa	Mulher
26	Analista de Inovação	SEBRAE	Setor privado	Homem
27	Coordenadora do Programa de Mudanças Climáticas	IDESAM	OSC/ONG	Mulher
28	Analista Técnico do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe Projeto	Mulher

Anexo 3: Listas de convidados e participantes da oficina 3

Convidados - Modalidade Comunidades, com foco nos Povos Indígenas (PI)

Nº	Nome Instituição	Público-alvo	Gênero
1	GTE/GCF	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Mulher
2	COAIB/COICA	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Homem
3	SEDAM	Governo estadual	Mulher
4	Conselho Indígena de Roraima	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Homem
5	SEDHIPOP -MA	Governo federal	Mulher
6	SIPE	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Mulher
7	Presidenta da associação de estudantes indígenas da UFPA	Universidades, fundações, centros e grupos de pesquisa	Mulher
8	Ouidora do município e sua equipe é formada de indígenas de várias etnias	Governo municipal	Mulher
9	APOIANP	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Mulher
10	FEPOIMT	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Homem
11	FEPOIMT	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Mulher
12	Etnia Iny Karajá	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Mulher
13	ARPIT	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Homem
14	FEPOIMT	OSC/ONG	Homem
15	COAPIMA	OSC/ONG	Mulher
16	Conselho Indígena de Roraima	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Mulher
17	Conselho Indígena de Roraima/CG-PNGATI	Governo municipal	Homem
18	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN	OSC/ONG	Homem
19	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN	OSC/ONG	Homem
20	UMIAB	OSC/ONG	Mulher
21	OMIRR Povo Wapichana	OSC/ONG	Mulher

22	-	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Homem
23	-	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Homem
24	SEI - Secretaria Especial Indígena - RR	Governo estadual	Mulher
25	FUNAI/MJ	Governo federal	Mulher
26	FUNAI/MJ	Governo federal	Homem
27	FUNAI/MJ	Governo federal	Mulher
28	Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé	OSC/ONG	Mulher
29	Operação Amazônia Nativa - OPAN	OSC/ONG	Homem
30	ECAM	OSC/ONG	Homem
31	IIEB	OSC/ONG	Homem
32	WWF	OSC/ONG	Homem
33	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)	OSC/ONG	Homem
34	Floresta Protegida - FP	OSC/ONG	Homem
35	Povo Ashaninka	OSC/ONG	Homem
36	Projeto DGM	OSC/ONG	Homem
37	Comitê Indígena de Mudanças Climáticas (CIMC) e Câmara Técnica de Mudanças Climáticas (CT-MC)	OSC/ONG	Homem
38	Associação dos Povos Indígenas Wayana	OSC/ONG	Homem
39	Representante do Conselho das Aldeias Wajãpi - APINA na CT-MC; povo Wajãpi	OSC/ONG	Homem
40	Comissão Pró-Índio do Acre	OSC/ONG	Mulher
41	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)	OSC/ONG	Mulher
42	Fórum da Amazônia Oriental (FAOR)	OSC/ONG	Homem
43	SOS Amazônia	OSC/ONG	Mulher
44	Earth Innovation Institute (EII)	OSC/ONG	Mulher
45	Terra de direitos - PA	OSC/ONG	Homem

46	Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPAM)	OSC/ONG	Mulher
47	Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé)	OSC/ONG	Mulher
48	Instituto Sociedade População Natureza (ISPN)	OSC/ONG	Homem
49	Fundo DEMA	OSC/ONG	Mulher
50	Instituto Centro de Vida (ICV)	OSC/ONG	Mulher
51	Mamirauá	OSC/ONG	Mulher
52	IDESAM	OSC/ONG	Homem
53	GTA	OSC/ONG	Homem
54	Presidente da associação das mulheres indígenas do Gurupi-Paragominas	OSC/ONG	Mulher
55	Programa REM AC e Mato Grosso	Agência de cooperação técnica	Mulher
56	Coordenador do grupo de guardiões da floresta	Governo municipal	Homem
57	Coordenador de educação escolar indígena do município	Governo municipal	Homem
58	Coordenadora de assuntos indígenas do município	Governo municipal	Mulher
59	Associação dos Povos Indígenas do Mapuera - APIM	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Homem

Participantes - Modalidade Comunidades, com foco nos Povos Indígenas (PI)

Nº	Função	Organização	Público-alvo	Gênero
1	Não Informado	Associação Floresta Protegida	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Homem
2	Analista Ambiental	MMA	Equipe projeto	Homem
3	Assistente do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
4	Analista Ambiental	MMA	Governo federal	Mulher
5	Coordenadora Executiva	IEB	OSC/ONG	Mulher
6	Analista Ambiental	MMA	Equipe projeto	Homem

7	Assessora técnica para salvaguardas Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
8	Servidora da Coordenação	CORAM/CGGAM /FUNAI	Governo federal	Mulher
9	Coordenadora de Projetos	MMA	Equipe projeto	Mulher
10	Não Informado	Comitê Indígena de Mudanças Climáticas (CIMC) e Câmara Técnica de Mudanças Climáticas (CT-MC)	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Homem
11	Assessora Técnica do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
12	Representante indígena	GTE/GCF - Comitê Regional para Parceria com Povos Indígenas e Outras Populações Tradicionais GCF	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Mulher
13	Analista de Comunicação do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Homem
14	Consultor	UFAM	Universidades, fundações, centros e grupos de pesquisa	Homem
15	Oficial para o Sistema de Raça e Etnia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
16	Coordenadora	PNUD	Equipe projeto	Mulher
17	Assessora Técnica	MMA	Equipe projeto	Mulher
18	Representante-Residente Assistente e coordenadora da área Programática	PNUD	Equipe projeto	Mulher
19	Comunicador indígena	COAPIMA, Aldeia São José Povo Krikati	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Homem
20	Analista Ambiental	MMA	Equipe projeto	Mulher
21	Diretor escolar indígena	Povo tembe tenetehar	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Homem

22	Assessor do Programa Povos Indígenas	IEB	OSC/ONG	Homem
23	Pesquisadora	Instituto Socioambiental	OSC/ONG	Mulher
24	Não Informado	Associação dos Povos Indígenas do Mapuera - APIM	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Homem
25	Assessora Técnica	GIZ Brasil	Agência de cooperação técnica	Mulher
26	Assessora técnica regional	PNUD	Equipe projeto	Mulher
27	Coordenadora do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
28	Coordenadora Geral	UMIAB	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Mulher
29	Analista Técnico do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
30	Tesoureiro	Associação Indígena Kuikuro do Alto Xingu	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Homem

Anexo 4: Listas de convidados e participantes da oficina 4

Convidados - Modalidade Comunidades, com foco nos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT)

Nº	Nome Instituição	Público-alvo	Gênero
1	SEDCIPOP do Maranhão	Governo estadual	Mulher
2	CGPTERR/SEPLAN	Governo estadual	Mulher
3	chefe da Divisão de Áreas Naturais Protegidas e Biodiversidade	Governo estadual	Homem
4	-	PIPCT	Homem
5	Embrapa Amapá	Governo estadual	Mulher
6	Coordena o Comitê Chico Mendes	PIPCT	Mulher
7	ARQMO - Faro/Trombetas	PIPCT	Homem
8	CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas	PIPCT	Mulher

9	SEMA-AC	Governo estadual	Mulher
10	CNPCT	PIPCT	Mulher
11	CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas	PIPCT	Homem
12	Quilombola de Alcântara Maranhão	PIPCT	Mulher
13	RESEX Chico Mendes	PIPCT	Homem
14	CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas	PIPCT	Homem
15	Associação sementes do Araguaari	PIPCT	Mulher
16	Memorial Chico Mendes	PIPCT	Mulher
17	Fórum Matogrossense de Mudança do Clima - FMMC	PIPCT	Homem
18	Embrapa	Governo estadual	Homem
19	Fundação Vitória Amazônica (FVA)	OSC/ONG	Homem
20	Coordenador da Gerência Regional Norte - GRI Norte do ICMBio	Governo federal	Homem
21	IDSM - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	OSC/ONG	Mulher
22	SEMA-RR	Governo estadual	Mulher
23	CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas	PIPCT	Mulher
24	SEMARH (ex CCT-Salv)	Governo estadual	Homem
25	Fundação Palmares - Representante Regional	Governo federal	Homem
26	FOPAAM	PIPCT	Homem
27	Analista Ambiental ICMBio (trabalha com conselho e é uma referência no diálogo com comunidades)	Governo federal	Homem
28	UFAM	Universidades, fundações, centros e grupos de pesquisa	Homem
29	Chefe da Resex Tapajós-Arapiuns	Governo federal	Mulher
30	Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF-AP)	Governo estadual	Mulher
31	SEMA-MA	Governo estadual	Mulher
32	ICMBio	Governo federal	Homem

33	CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas	PIPCT	Homem
34	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Maranhão	Governo estadual	Mulher
35	Chefe no Núcleo de Gestão Integrada Maués	Governo federal	Mulher
36	RESEX do Tarauacá	PIPCT	Mulher
37	Chefe no Núcleo de Gestão Integrada Novo Airão	Governo federal	Mulher
38	CEPCT-MT	PIPCT	Mulher
39	REM-MT/KFW	Governos estadual	Mulher
40	Coordenador do escritório do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) de Belem	OSC/ONG	Homem
41	Secretário da Sedam de Rondônia	Governo estadual	Homem
42	Irmandade do Divino Espírito Santo/ Presidente do CBH-RSMVG-RO - Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios São Miguel - Vale do Guaporé	PIPCT	Mulher
43	MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	PIPCT	Mulher
44	Grupo de Trabalho Amazônico - GTA	Movimento social	Mulher
45	Analista Ambiental Flona Tapajós	Governo federal	Mulher
46	Gestora na Resex Alto Tarauacá- Santa Rosa do Purus	Governo federal	Mulher
47	Gerência Regional Norte - GRI Norte do ICMBio	Governo federal	Homem
48	GIZ_PoMUc	Agência de cooperação técnica	Mulher
49	CONAQ	PIPCT	Mulher
50	ICMBio	Governo federal	Mulher
51	COORDENAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO AMAPÁ – CONAQ-AP	PIPCT	Mulher
52	Associação dos Agroextrativistas Ribeirinhos do Rio Araguari - Bom Sucesso Bom Sucesso	PIPCT	Homem
53	ACIOBIO - Associação de Moradores e Trabalhadores em Produtos da	PIPCT	Homem

	Cadeia da Sociobiodiversidade dos Médios e Baixos Rios Cajari e Muriacá em Atividade na Resex-Cajari		
54	AMPREQUISMA - Associação de Moradores e Produtores da Comunidade de Remanescentes de Quilombolas de São José do Ma	PIPCT	Mulher
55	ACONERUQ - Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão	PIPCT	Homem
56	Resex Cazumbá-Iracema	Governo federal	Homem
57	Superintendente de Educação Ambiental e Atendimento ao Cidadão - SUEAC	Governo estadual	Mulher
58	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade	Governo estadual	Homem

Participantes - Modalidade Comunidades, com foco nos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT)

Nº	Função	Organização	Público-alvo	Gênero
1	Analista Ambiental	MMA	Equipe projeto	Homem
2	Auxiliar do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
3	Assistente do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
4	Analista Ambiental	MMA	Governo federal	Mulher
5	Coordenadora	Comitê Chico Mendes	Associações, grupos ou representantes dos Povos Tradicionais	Mulher
6	Consultor - Sistematização	-	Equipe projeto	Homem
7	Analista Ambiental	MMA	Equipe projeto	Homem
8	Assessora técnica para salvaguardas do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher

9	Consultora - Sistematização	-	Equipe projeto	Mulher
10	Coordenadora de Projetos	MMA	Equipe projeto	Mulher
11	Coordenadora	Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira	Associações, grupos ou representantes dos Povos Tradicionais	Mulher
12	Analista Ambiental	ICMBio	Governo federal	Homem
13	Não Informado	Não Informado	Não Informado	Mulher
14	Representante - Quilombola	Quilombo Várzea Grande - MT	Associações, grupos ou representantes dos Povos Tradicionais	Homem
15	Conselheiro	Comitê Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais do Mato Grosso	Associações, grupos ou representantes dos Povos Tradicionais	Homem
16	Analista de Comunicação do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Homem
17	Servidora	ICMBio	Governo federal	Mulher
18	Assessora técnica regional	PNUD	Equipe projeto	Mulher
19	Coordenadora	PNUD	Equipe projeto	Mulher
20	Analista Ambiental	ICMBio	Governo federal	Mulher
21	Coordenadora	Movimento das Quebradeiras de Coco - TO	Associações, grupos ou representantes dos Povos Tradicionais	Mulher
22	Assessora Técnica	MMA	Equipe projeto	Mulher
23	Chefe de UC	ICMBio	Governo federal	Mulher
24	Representante-Residente Assistente e coordenadora da área Programática	PNUD	Equipe projeto	Mulher
25	Assessora Técnica	GIZ Brasil	Agência de cooperação técnica	Mulher
26	Analista Ambiental	MMA	Equipe projeto	Mulher

27	Analista	Fundação Vitória Amazônica	OSC/ONG	Homem
28	Assessora Técnica	GIZ Brasil	Agência de cooperação técnica	Mulher
29	Assessora técnica regional	PNUD	Equipe projeto	Mulher
30	Coordenadora do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
31	Consultora e Observadora	Instituto Acariquara	OSC/ONG	Mulher
32	Analista de Inovação	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM	OSC/ONG	Mulher

Anexo 5: Listas de convidados e participantes da oficina 5

Convidados - Modalidade Comunidades, com foco nas Partes Responsáveis (PR)

Nº	Nome Instituição	Público-alvo	Gênero
1	ISA - Instituto Socioambiental	OSC/ONG	Mulher
2	FP - Associação Floresta Protegida	OSC/ONG	Homem
3	Centro de Agricultura Alternativa Norte de Minas CAA/NM	Sociedade civil	Homem
4	Embrapa Amapá	Governo federal	Mulher
5	IPAM	OSC/ONG	Homem
6	IDESAM	PIPCT	Homem
7	IIEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil	OSC/ONG	Mulher
8	Instituto IPÊ	OSC/ONG	Mulher
9	Associação sementes do Araguari	PIPCT	Mulher
10	IIS	OSC/ONG	Homem
11	Imaflora	OSC/ONG	Homem
12	SEMA-AC	Governo estadual	Mulher

13	Diretor de Desenvolvimento de Cadeias Florestais (DDF/IDEFLOR-Bio)	Governo estadual	Homem
14	Diretor de Gestão da Biodiversidade /IDEFLOR-Bio)	Governo estadual	Homem
15	IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia	OSC/ONG	Mulher
16	Instituto IPÊ	OSC/ONG	Mulher
17	Fundação Vitória Amazônica (FVA)	OSC/ONG	Homem
18	UFAM	Universidades, fundações, centros e grupos de pesquisa	Homem
19	KANINDÉ	OSC/ONG	Homem
20	TNC	OSC/ONG	Mulher
21	REM-MT/KFW	Governos estadual	Mulher
22	Funbio	OSC/ONG	Homem
23	MAPA /Membro do Comitê Consultivo do Projeto (PAC)	Governo federal	Homem
24	Diretora de Gestão e Monitoramento de UCs (DGMUC/IDEFLOR-Bio)	Governo estadual	Mulher
25	Instituto Internacional de Educação do Brasil - IIEB	OSC/ONG	Mulher
26	IDESAM	OSC/ONG	Homem
27	SOS AMAZÔNIA	OSC/ONG	Homem
28	EII - Earth Innovation Institute	OSC/ONG	Mulher
29	MAPA /Membro do Comitê Consultivo do Projeto (PAC)	Governo federal	Homem
30	COORDENAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO AMAPÁ – CONAQ-AP	Movimento social	Mulher
31	ISA - Instituto Socioambiental Grupo Consultivo para Jovens sobre Mudanças Climáticas	OSC/ONG	Mulher
32	WWF	OSC/ONG	Homem
33	Instituto Centro de Vida - ICV	OSC/ONG	Mulher
34	Pesquisador associado Imazon	OSC/ONG	Homem
35	ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza	OSC/ONG	Mulher

36	Conservation International - CI	OSC/ONG	Mulher
37	WWF	Governo estadual	Homem
38	ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza	OSC/ONG	Homem
39	SEMA-AC	Governo estadual	Homem
40	ECAM - Equipe de Conservação da Amazônia	OSC/ONG	Mulher
41	Secretaria Inovação Ciência e Tecnologia Gov Amazonas	Governo estadual	Mulher
42	FASE - Fundo Dema	OSC/ONG	Mulher
43	ECAM - Equipe de Conservação da Amazônia	OSC/ONG	Homem

Participantes - Modalidade Comunidades, com foco nas Partes Responsáveis (PR)

Nº	Função	Organização	Público-alvo	Gênero
1	Pesquisadora	Associação Floresta Protegida	Associações, grupos ou representantes de Povos Indígenas	Homem
2	Analista Ambiental	MMA	Equipe projeto	Homem
3	Auxiliar do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
4	Assistente do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
5	Analista Ambiental	MMA	Governo federal	Mulher
6	Coordenadora Executiva	IEB	OSC/ONG	Mulher
7	Consultor - Sistematização	-	-	Homem
8	Analista Ambiental	MMA	Equipe projeto	Homem
9	Assessora técnica para salvaguardas do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
10	Consultora - Sistematização	-	-	Mulher
11	Coordenadora de Projetos	MMA	Equipe projeto	Mulher
12	Coordenador de Gestão Territorial	TNC	OSC/ONG	Homem
13	Gerente de Projeto	IPE	OSC/ONG	Mulher
14	Integrante da Associação	Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)	Redes, fóruns e colegiados	Homem

15	Coordenador Executivo	ISPN	OSC/ONG	Homem
16	Assessora Técnica do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
17	Analista de Comunicação do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Homem
18	Diretor	TNC	OSC/ONG	Homem
19	Assessor Técnico	Associação Indígena TATO'A	Associações, grupos ou representantes de Povos Indígenas	Homem
20	Coordenadora	PNUD	Equipe projeto	Mulher
21	Assessora de Projetos	ECAM	OSC/ONG	Mulher
22	Pesquisador	EMBRAPA	Governo federal	Homem
23	Assessora Técnica do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
24	Representante-Residente Assistente e coordenadora da área Programática	PNUD	Equipe projeto	Mulher
25	Analista Ambiental	MMA	Equipe projeto	Mulher
26	Pesquisadora	Instituto Socioambiental	OSC/ONG	Mulher
27	Gestor	WWF BR	OSC/ONG	Homem
28	Diretor-Presidente	Coopaflora	Associações, grupos ou representantes de Povos e comunidades tradicionais	Homem
29	Coord. Técnica	Associação Instituto Bebô Xikirin do Bacajá ABEX	Associações, grupos ou representantes de Povos Indígenas	Mulher
30	Assessora técnica regional	PNUD	Equipe projeto	Mulher
31	Coordenadora do do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
32	Não Informado	Sociedade civil	Sociedade civil	Mulher

Anexo 6: Listas de convidados e participantes da oficina 6

Convidados - Tema Transversal – Mulheres

Nº	Nome Instituição	Público-alvo	Gênero
1	SECTI / SEPLANCTI AM - Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação	Governo estadual	Mulher
2	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	Universidades, fundações, centros e grupos de pesquisa	Mulher
3	Instituto Centro de Vida (ICV)	OSC/ONG	Mulher
4	FETACRE	Organizações ou representantes de pequenos Agricultores	Mulher
5	FETACRE	Organizações ou representantes de pequenos Agricultores	Mulher
6	FETAGRI/AM	Organizações ou representantes de pequenos Agricultores	Mulher
7	Associação das mulheres indígenas do Gurupi-Paragominas	OSC/ONG	Mulher
8	CIR - Conselho Indígena de Roraima	OSC/ONG	Mulher
9	CNPCT - Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais	PIPCT	Mulher
10	COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira	PIPCT	Mulher
11	CPT - Comissão Pastoral da Terra	OSC/ONG	Mulher
12	Comitê Chico Mendes	OSC/ONG	Mulher
13	Comitê REPAM Xingu - Rede Eclesial Pan-Amazônica	PIPCT	Mulher
14	CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas	PIPCT	Mulher
15	CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas	PIPCT	Mulher
16	CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares	PIPCT	Mulher
17	EMBRAPA Amapá	Governo federal	Mulher
18	Engajamundo - GT de Gênero	OSC/ONG	Mulher
19	Engajamundo - GT de Gênero	OSC/ONG	Mulher
20	FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro	OSC/ONG	Mulher
21	Observatório do Clima - GT Gênero e Clima Gender CC - Woman for Climate Justice	OSC/ONG	Mulher
22	IDESAM	OSC/ONG	Mulher
23	IIEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil	OSC/ONG	Homem
24	Instituto Amazonas	OSC/ONG	Mulher

25	Instituto Catitu - Aldeia em Cena	OSC/ONG	Mulher
26	Instituto Humanize	OSC/ONG	Mulher
27	Instituto Humanize	OSC/ONG	Mulher
28	Impact Hub	Redes, fóruns e colegiados	Mulher
29	Irmandade do Divino Espírito Santo/ Presidente do CBH-RSMVG-RO - Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios São Miguel - Vale do Guaporé	PIPCT	Mulher
30	ISPN - Instituto Sociedade População Natureza	OSC/ONG	Mulher
31	Kanindé - Associação de Defesa Etnoambiental	OSC/ONG	Mulher
32	MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	PIPCT	Mulher
33	MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	PIPCT	Mulher
34	Observatório do Clima - GT Gênero e Clima	OSC/ONG	Mulher
35	Observatório do Clima - GT Gênero e Clima	OSC/ONG	Mulher
36	OMIR Povo Wapichana - Organização de Mulheres Indígenas de Roraima	OSC/ONG	Mulher
37	ONU Mulheres	Agência de cooperação técnica	Mulher
38	GTE/GCF - Comitê Regional para Parceria com Povos Indígenas e Outras Populações Tradicionais GCF	PIPCT	Mulher
39	Quilombola	PIPCT	Mulher
40	SEDECTI AM - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação	Governo estadual	Mulher
41	SEDHIPOP MA - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão	Governo estadual	Mulher
42	SEMA-MA	Governo estadual	Mulher
43	UFAM - Universidade Federal do Amazonas	Instituição de Ensino e Pesquisa	Mulher
44	UMIAB - União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira	OSC/ONG	Mulher
45	Youth Cimate Leaders	OSC/ONG	Mulher
46	MMCC - Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade	Movimento Social	Mulher
47	ICMBio	Governo federal	Mulher
48	FUNAI/MJ - Coordenação de Conservação e Recuperação Ambiental (CORAM/CGGAM)	Governo federal	Mulher
49	FUNAI/MJ	Governo federal	Mulher
50	Mulheres e Inovação	OSC/ONG	Mulher

51	MCTI - FINEP - Programa Mulheres Inovadoras	Governo federal	Homem
52	Rede Mulher Empreendedora	OSC/ONG	Mulher
53	WRI Brasil - Projeto Restauração Florestal e Abordagem de Gênero	OSC/ONG	Mulher
54	WRI Brasil - Projeto Restauração Florestal e Abordagem de Gênero	OSC/ONG	Mulher
55	Instituto Climate Ventures - Labs de Inovação	OSC/ONG	Mulher
56	Rede de Inovação e Empreendedorismo da Amazônia (RAMI)	Redes e Fóruns	Mulher
57	Rede Asta	OSC/ONG	Mulher
58	Rede Asta	OSC/ONG	Mulher
59	Porto Digital - Programa MINAS - Mulheres em Inovação, Negócios e Artes	OSC/ONG	Mulher
60	Terreiro de Umbanda Caboclo Sete Flechas	PIPCT	Mulher
61	Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais	PIPCT	Mulher
62	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE) / Grupo Carta de Belém (GCB)	OSC/ONG	Mulher
63	Terra de Direitos / Grupo Carta de Belém (GCB)	OSC/ONG	Mulher
64	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Universidades, fundações, centros e grupos de pesquisa	Mulher
65	Associação Afro Brasileira Quilombola de Jutaí (AFBRAJU)	PIPCT	Mulher
66	Instituto Centro de Vida (ICV)	OSC/ONG	Mulher
67	Quilombo Mutuca - MT	PIPCT	Mulher
68	Cooperfloresta - AC	OSC/ONG	Mulher
69	Povo Tradicional Matriz Africana Terreiro de Ogum	PIPCT	Mulher
70	Ministério Público do Mato Grosso	Governo estadual	Mulher
71	Movimento de Catadoras de Mangaba	PIPCT	Mulher
72	Instituto de Mudanças Climáticas (IMC/AC)	Governo estadual	Mulher
73	SEMA - MT	Governo estadual	Mulher
74	CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas	PIPCT	Mulher
75	R-Ladies	OSC/ONG	Mulher
76	Ecoporé	OSC/ONG	Homem
77	FETAEMA	Organizações ou representantes de pequenos Agricultores	Mulher

78	FETAET	Organizações ou representantes de pequenos Agricultores	Mulher
79	FETAET	Organizações ou representantes de pequenos Agricultores	Mulher
80	FETAGRI/PA	Organizações ou representantes de pequenos Agricultores	Mulher
81	FETAGRO	Organizações ou representantes de pequenos Agricultores	Mulher
82	FETRAFERR	Organizações ou representantes de pequenos Agricultores	Mulher
83	FETRAFERR	Organizações ou representantes de pequenos Agricultores	Mulher
84	Associação Bebô , Xikrin da TI Trincheira Bacajá	PIPCT	Mulher
85	Associação Indígena TATO'A - Povo Parakanã	PIPCT	Homem

Participantes - Tema Transversal – Mulheres

Nº	Função	Organização	Público-alvo	Gênero
1	Analista Ambiental	MMA	Equipe projeto	Homem
2	Auxiliar do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
3	Assistente do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
4	Analista Ambiental	MMA	Governo federal	Mulher
5	Consultor - Sistematização gráfica	-	-	Homem
6	Analista Ambiental	MMA	Equipe projeto	Homem
7	Irmandade do Divino Espírito Santo/ Presidente do CBH-RSMVG-RO - Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios São Miguel - Vale do Guaporé	Irmandade do Divino Espírito Santo/ Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios São Miguel - Vale do Guaporé	Associações, grupos ou representantes dos Povos e comunidades tradicionais	Mulher
8	Assessora técnica para salvaguardas do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
9	Analista Técnico	PNUD	Equipe projeto	Homem
10	Consutora - Sistematização gráfica	-	-	Mulher
11	Coordenadora de Projetos	MMA	Equipe projeto	Mulher

12	Coordenadora	ICV	OSC/ONG	Mulher
13	Coordenadora da Área de Sustentabilidade	Humanize	OSC/ONG	Mulher
14	Assessora técnica regional	PNUD	Equipe projeto	Mulher
15	Coordenadora Executiva	Movimento das Quabradeiras de Coco Babaçu	Associações, grupos ou representantes dos Povos e comunidades tradicionais	Mulher
16	Assessora Técnica do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
17	Trainee na Área de Sustentabilidade	Humanize	OSC/ONG	Homem
18	Professora-Pesquisadora	UFAM	Universidades, fundações, centros e grupos de pesquisa	Mulher
19	Analista de Comunicação do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Homem
20	Consultor	UFAM	Universidades, fundações, centros e grupos de pesquisa	Homem
21	Oficial para o Sistema de Raça e Etnia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
22	Não Informado	Não Informado	Não informado	Homem
23	Assessoria técnico da Tato'a	Associação Indígena TATO'A - AIT	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Homem
24	Gestor de Políticas para Start-ups	MCTI	Governo federal	Homem
25	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação	SECTI-AM	Governo estadual	Mulher
26	Especialista em conservação	TNC	OSC/ONG	Mulher
27	Assessora	SEDECTI-AM	Governo estadual	Mulher
28	Assessora Técnica do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
29	Analista Ambiental	MMA	Equipe projeto	Mulher
30	Gerente de Projetos Socio-Ambientais	Impact Hub Brasília	Redes, fóruns e colegiados	Mulher
31	Presidente	Rede Amazônia de Inovação e Empreendedorismo - RAMI	Redes, fóruns e colegiados	Mulher
32	Coordenadora executiva	CONAQ	Associações, grupos ou representantes dos Povos e comunidades tradicionais	Mulher
33	Secretária executiva	CONAQ	Associações, grupos ou representantes dos Povos e comunidades tradicionais	Mulher
34	Engenheira Agrônoma	ECOPORE	OSC/ONG	Mulher

35	Assessora técnica regional	PNUD	Equipe projeto	Mulher
36	Coordenadora de Projeto	Instituto Raoni	Associações, grupos ou representantes dos Povos Indígenas	Mulher
37	Coordenadora do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
38	Consultora e Observadora	Instituto Acariquara	OSC/ONG	Mulher
39	Membro Conselho deliberativo	Comitê Chico Mendes	Associações, grupos ou representantes dos Povos e comunidades tradicionais	Mulher
40	Bióloga	YCL	OSC/ONG	Mulher

Anexo 7: Listas de convidados e participantes da oficina 7

Convidados - Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)

Nº	Nome Instituição	Público-alvo	Gênero
1	UFMG	Instituição de ensino	Homem
2	Ecofix Securities - Projeto PSA Soja Brasil	Setor Privado	Homem
3	Ecofix Securities	Setor Privado	Homem
4	Programa Reflorestar do Estado do Espírito Santo	Governo estadual	Homem
5	ANA - Programa Produtor de Águas	Governo Federal	Homem
6	ANA - Programa Produtor de Águas	Governo Federal	Mulher
7	ANA - Programa Produtor de Águas	Governo Federal	Homem
8	WWF	OSC/ONG	Homem
9	Renova	OSC/ONG	Homem
10	Renova	OSC/ONG	Homem
11	IDESAM	OSC/ONG	Mulher
12	IDESAM	OSC/ONG	Homem
13	UFAM	Instituição de ensino e pesquisa	Homem

14	Instituto do Ambiente e Desenvolvimento (IDAD)	ONG/OSC	Homem
15	Consultora		Mulher
16	Analista ambiental ICMBio	Governo federal	Homem
17	MMA	Governo federal	Mulher
18	Analista Ambiental ICMBio	Governo federal	Homem
19	USFS - Serviço Florestal Americano	Governo federal (USA)	Homem
20	SEMA - SP	Governo estadual	Mulher
21	Diretor KfW no Brasil	Setor Privado	Homem
22	FAS	OSC/ONG	Homem
23	FAS	OSC/ONG	Homem
24	Extrema - Conservador das Águas	Governo municipal	Homem
25	Fundacao Boticario	OSC/ONG	Homem
26	Biofilica	Setor Privado	Homem
27	MCTI	Governo federal	Homem
29	SFB	Governo federal	Homem
30	WayCarbon	Setor Privado	Homem
31	IIS	OSC/ONG	Homem
32	INPE	Governo federal	Homem
33	INPE	Governo federal	Homem
34	INPE	Governo federal	Homem
35	Santiago e Cintra	Setor Privado	Mulher
36	CEPAL	Cooperação Internacional	Mulher
37	MMA	Governo federal	Mulher
38	UnB-CDS	Governo federal	Homem

39	MMA	Governo federal	Homem
----	-----	-----------------	-------

Participantes - Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)

Nº	Função	Organização	Público-alvo	Gênero
1	Analista Ambiental	MMA	Equipe projeto	Homem
2	Auxiliar do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
3	Assistente do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
4	Analista Ambiental	MMA	Governo federal	Mulher
5	Consultor - Sistematização gráfica	-	-	Homem
6	Advocacy	Biofílica	Setor privado	Mulher
7	Analista Ambiental	MMA	Equipe projeto	Homem
8	Secretaria da Amazonia e dos Serviços Ambientais	MMA	Equipe projeto	Homem
9	Analista Sênior	Fundação Renova	OSC/ONG	Homem
10	Assessora técnica para salvaguardas Projeto-piloto	PNUD	Equipe projeto	Mulher
11	Analista Técnico do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Homem
12	Consultora - Sistematização gráfica	-	-	Mulher
13	Diretora	MMA	Equipe projeto	Mulher
14	Coordenador do Programa de Monitoramento da Amazônia	INPE - PRODES	Governo federal	Homem
15	Coordenação Técnica	INPE - PRODES	Governo federal	Homem
16	Coordenador Executivo	ISPN	OSC/ONG	Homem
17	Especialista do Uso Sustentável da Terra	Fundação Renova	OSC/ONG	Homem
18	Assessora Técnica do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
19	Analista de Comunicação do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Homem
20	Membro da Unidade de Gestão de Projetos	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo	Governo estadual	Mulher

21	Coordenador de Conservação de Água e Solo	ANA	Governo federal	Homem
22	CEO e Diretora da área de Pesquisa & Desenvolvimento da SCCON	SCCON Geospacial	Setor privado	Mulher
23	Não Informado	Não Informado	Não Informado	Homem
24	Assessor técnico do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Homem
25	Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico	ANA	Governo federal	Homem
26	Finanças	Aggrego	Setor privado	Homem
27	Assessora Técnica do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher
28	Gerente de Projeto	MMA	Equipe projeto	Mulher
29	Técnico em Restauração Florestal	ISA	OSC/ONG	Homem
30	Analista Ambiental	MMA	Equipe projeto	Mulher
31	Analista Técnico do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Homem
32	Administradora Pública	Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis (DAEP)	Governo Municipal	Mulher
33	Assessora técnica regional	PNUD	Equipe projeto	Mulher
34	Coordenadora do Projeto Floresta+ Amazônia	PNUD	Equipe projeto	Mulher